

- **Setúbal**
Delegação realiza uma viagem ao Douro e a tradicional sardinhada no Parque da Gâmbia
página 8
- **Agenda 2003**
ADFA vai participar na organização da agenda do SNRIPD para o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência
página 2

- **Castelo Branco**
Comissão Administrativa da Delegação já marcou encontro com os associados para o dia 21 de Setembro na Covilhã
página 4
- **Coimbra**
Reunião com associados
página 4



PORTE PAGO

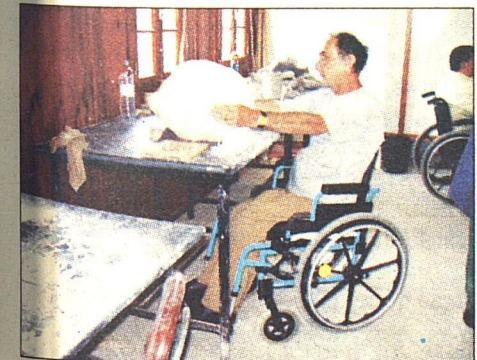
Legislação
Abertura do prazo para os deficientes civis das Forças Armadas
página 20

Reportagem
Dinamismo associativo em prol da juventude



página 9

Delegação do Porto Reabilitar-se aprendendo



página 5

Ajudas Técnicas Novas tecnologias da visão artificial



página 13



Ministro da Defesa com a ADFA nos Açores

"Este Simpósio já é um exemplo de intervenção"

páginas 11 e 20

Visita à Sede Nacional

Secretário de Estado valoriza intervenção da ADFA

página 10



Delegação de Lisboa

Associados juntos no primeiro aniversário

páginas 6 e 7



Agenda SNRIPD 2003

ADFA "Mãos à Obra"

Respondendo ao convite do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), a ADFA vai colaborar na realização da Agenda SNRIPD 2003, com textos informativos e fotos alusivas à vida associativa e à iniciativa "Mãos à Obra".

O dia de pintura "Mãos à Obra", que juntou na ADFA várias instituições de e para cidadãos portadores de deficiência, foi o tema escolhido pelo SNRIPD para a agenda do próximo ano.

Os textos a apresentar vão incidir sobre aquela iniciativa e sobre a ADFA, com destaque para um artigo de apresentação do ELO e de outros serviços da Associação.

O coordenador da Agenda SNRIPD 2003,

Adalberto Fernandes, refere que a ADFA é uma referência incontornável no panorama das instituições congéneres.

António Capela Gordo, da Direcção Nacional, é o elemento de ligação com o Secretariado para este assunto. Salaria que "esta é uma excelente oportunidade para a ADFA chegar a cada vez mais pessoas, portadoras ou não de deficiência, tendo em conta que 2003 é o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência".

A Agenda SNRIPD 2003 vai ser distribuída gratuitamente a partir do dia três de Dezembro, nas comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

RV



ELO em disquete

O ELO vai passar a ser enviado em disquete aos associados portadores de deficiência visual que tenham computador e programas adequados à leitura de ficheiros informáticos, a partir da edição de Agosto.

A iniciativa surge na sequência de uma solicitação do Serviço Social da Delegação de Lisboa ao director do ELO. Foi efectuado um estudo sobre a possibilidade de enviar o ELO em disquete aos associados que possuem sistemas informáticos para leitura de documentos em formato "Word".

Esta nova versão do ELO, informatizada, em substituição do ELO Sonoro para os associados que pretendam passar a recebê-la, vai conter 16 ou 20 ficheiros (tantos quantos as páginas da edição impressa), sendo o primeiro ficheiro um "índice" com as notícias colocadas em cada um dos outros ficheiros. Este sistema permite consultar o ELO por secções, como se da edição impressa se tratasse.

Algures/Lugares



A ADFA colaborou na organização de uma parte da exposição "Algures/Lugares", no espaço cultural da Fábrica da Pólvora, em Barcarena, Oeiras, que foi inaugurada, no dia 11 de Julho.

A colaboração da Associação com o autor daquela vertente da exposição, Tiago Guedes Madeira, prendeu-se com a disponibilização de fotografias e de um pequeno filme alusivos à Guerra Colonial.

A exposição, projecto dos alunos finalistas do curso de Escultura da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, esteve patente até 28 de Julho.

Aspectos que despertaram a curiosidade dos visitantes foram a vitrina com 500 soldadinhos de chumbo amputados de uma perna, com farda de outros tempos, e as fotografias

que podiam ser observadas através de um pequeno óculo. A montagem em vídeo sobre a Guerra Colonial estava patente numa sala escura.

Impressionou também os visitantes a fotografia de Salazar, ladeada por uma mina anti-pessoal.

O nome da exposição, "Algures/Lugares", "invoca questões espacialmente distintas", e está "envolto em modos perceptivos complementares, quer seja por um fenómeno de dispersão - algures - ou por um processo de concentração e localização - lugares", segundo refere a organização do evento.

"Super-A atleta" Atenas 2004

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) promoveu a apresentação da campanha "Super-A atleta" Atenas 2004, no Museu da Cidade de Lisboa, no dia nove de Julho.

A campanha foi apresentada por Albano Homem de Mello, da Young & Rubicam. O lançamento contou também com a apresentação da Comissão de Honra da Missão Paralímpica aos Jogos de Atenas, em 2004.

Estiveram presentes o presidente da FPDD, António Neves e os representantes da Câmara Municipal de Lisboa.

A apresentação do projecto de marketing e comunicação "Super-A atleta" esteve a cargo do representante da Facesport, Pedro Ribeiro.

APPACDM inaugura piscinas

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança com Deficiência Mental (APPACDM) de Anadia inaugurou uma piscina, no dia cinco de Julho, na presença do ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, que presidiu ao acto solene.

Estiveram também presentes o ministro dos Assuntos Parlamentares e um representante do ministro de Estado e da Defesa Nacional. A ADFA foi representada pelo presidente e 3º secretário da DN, Patuleia Mendes e Armando Alves, que aproveitaram para apresentar cumprimentos e trocar impressões com Bagão Félix.

A APPACDM de Avelãs de Caminho, Anadia, tem uma já longa história de reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, que o ELO reportará proximamente.

RV

Brigada Aerotransportada Independente

No dia cinco de Junho decorreram no quartel do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar, as comemorações do Dia da Unidade e de recepção ao 1º Batalhão de Para-quedaistas, destacado para a Bósnia-Herzegovina.

A ADFA esteve representada pelos presidente e 1º secretário da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e Santa Clara Gomes, tendo a ocasião servido para estreitar as relações e sensibilizar as entidades militares e outras associações de ex-militares para os problemas das deficiências decorrentes do serviço.

Das comemorações constou, além das cerimónias da praxe, um lançamento de para-quedaistas, durante o qual, por coincidência, ocorreu um pequeno acidente, como que para sublinhar a chamada de atenção da ADFA.

Arranhar da Fera

Sá Flores brinda-nos com mais um romance, em que nos transporta para o seu universo. Frase feita? Nem por isso. O que ressalta neste livro é o seu carácter autobiográfico, que se diz ser natural numa obra de estreia, mas mais raro em trabalhos subsequentes. Sintoma de amadurecimento talvez. Sá Flores autoretrata-se neste livro quer na sua vivência de deficiente, com as suas forças e suas inseguranças, e também na de escritor não apadrinhado, condenado ao percurso de obstáculos, num país que ainda por cima continua a ser o império dos burocratas, no pior sentido da palavra. Para quem o conhece, esta projecção da sua personalidade é mais nítida, como afinal não estivéssemos a ler, mas em amena cavaqueira de desabafo ao balcão da ADFA.

Venha pois ao universo de Sá Flores, que é também muito nosso. Ainda que isso acarrete uma pequena angústia, que é a que sentimos quando nos vemos, a nós próprios, retratados.

NSC

Reunião da Delegação de Famalicão

Na primeira 3ª feira de Agosto, dia 06, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º Sábado de Agosto, dia 03, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Reunião no Porto

No dia 07 de Setembro, Sábado, pelas 15h00, vai efectuar-se uma reunião com associados na Delegação do Porto.

Reuniões com associados

No dia 14 de Setembro, Sábado, vão ser retomadas as reuniões associativas dos segundos sábados de cada mês, na Delegação de Évora.

Visita a Évora

No dia 21 de Setembro, Sábado, vai realizar-se uma visita guiada a Évora, com concentração na Delegação prevista para as 10h00.

Excursão

De 25 a 29 de Setembro, a Delegação de Lisboa leva a efeito uma excursão aos Picos da Europa. Informações ou marcações pelo telefone 21 751 2600.

Visita a Alqueva e Aldeia da Luz

No dia 19 de Outubro, a Delegação de Évora realiza uma visita guiada à Barragem de Alqueva e à Nova Aldeia da Luz.

Férias da Sede Nacional e das Delegações

A Direcção Nacional informa que apenas funcionará em permanência o Gabinete dos Órgãos Sociais, durante o mês de Agosto.

A Delegação dos Açores encerra durante o mês de Agosto.

A Delegação de Bragança encerra para férias no dia 22 de Julho a 20 de Agosto.

A Delegação de Coimbra encerra no dia dez de Agosto e reabre a dois de Setembro.

A Delegação de Évora encerra para férias durante o mês de Agosto.

A Delegação de Famalicão encerra entre dez de Agosto e um de Setembro para gozo de férias.

A Delegação de Faro tem o seu período de férias de nove de Agosto a nove de Setembro.

A Delegação de Lisboa informou que encerrará os serviços entre cinco e 31 de Agosto, excepto a Secretaria/Atendimento, que funcionará em permanência.

A Delegação da Madeira encerra de 12 a 23 de Agosto.

A Delegação de Setúbal estará encerrada no mês de Agosto.

As delegações do Porto e de Viseu não encerram os seus serviços.

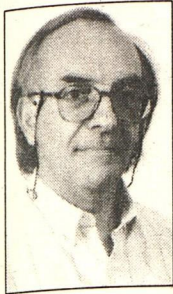
Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Abel Fernando Machado D'Oliveira	João José da Saúde Ramalho
Alexandre Alfredo Tomás Mavulule	Joaquim Homem Andrade Rosado
Amílcar Ribas Soares da Costa	Joaquim Rodrigues Fernandes
António Albuquerque Gomes	José Augusto F. Filipe Rodrigues
António dos Santos	José Brito Salvador
António Oliveira	José Carlos Gonçalves Barreiro
António Ramos Custódio	José Manuel Monteiro
Arlindo Pinto de Andrade	Justino Correia Elias
Armando Rochinha Afonso	Luis Ferreira Dias de Abreu
Augusto José Rebouta	Manuel Madureira Monteiro
Daniel Almeida Maurício	Manuel Ribeiro Fagundes
Daniel Lopes de Matos	Manuel Tavares Brito
Fernando Dinis Ferreira	Manuel Zalamba Chissimo
Francisco Afonso Couto	Mário Monteiro Carvalho
Francisco Alberto C. C. Rosado	Norberto Raposo Medeiros
Francisco Hinam Nam Lambara	Silva João



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com
DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 USBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia **DIRECTOR:** José Diniz
REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariada) **COLABORARAM NESTE NÚMERO:** Abel Fortuna, Aníques Carvalho, António Carreira, Carmo Vicente, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, Jaime Ferreri, João Gonçalves, José Faria, Manuel Branco, Nuno Santa Clara. **CORRESPONDENTES:** Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). **ILUSTRAÇÕES:** Nuno Santa Clara e Maria José Carrico. **ASSINATURAS E PUBLICIDADE:** Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. **CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem:** João Conceição. **PRÉ-IMPRESSÃO:** Grafbarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C. - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263. **MONTAGEM:** Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480. **IMPRESSÃO:** Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188. **GRAVAÇÃO DO ELO SONORO:** Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa. **Registo da Publicação no ICS:** 105068/77. **Depósito Legal:** 99595/96. **ASSINATURA ANUAL:** 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 7.600



A farda que não me assenta...

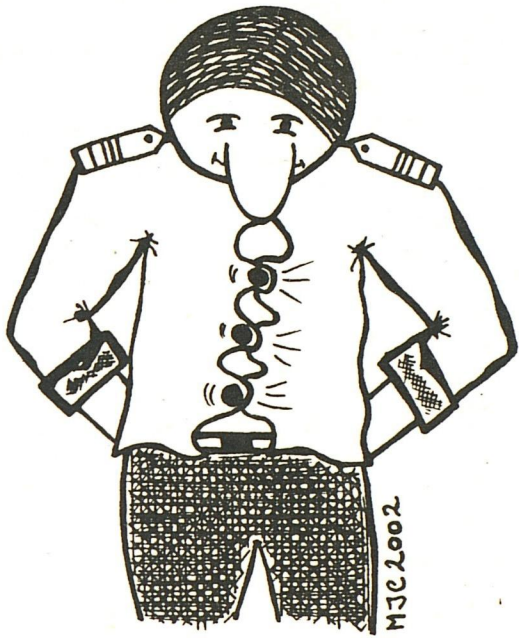
Escrevo por prazer (nem que seja para a gaveta) e não apenas para ser agradável... Cada cidadão é importante por si, pelo que é, pela vida que vive. Não precisa de ser doutor ou general para ser gente. Basta que seja homem e perceba que também são homens os seus concidadãos.

Jaime Ferreri

Eu sabia apenas dar uns tiroteos nuns coelhos. Recordo ainda a espingarda de carregar pela boca, um cano de água aldrabado, mal tapado junto à coronha e com um pequeno orifício que servia de espoleta... Era às quartas-feiras, dia de mercado na vila, e com a Guarda Republicana a tomar conta dos feirantes e das bebedeiras de princípio de tarde dos negociantes de gado. Era como se um gozo enorme nos fizesse arrebanhar os cães que caíam na esparrela duma côdea de broa e nos atirasse até ao monte à procura dum coelho distraído... caçar assim, sem licença e com o coração nas mãos à espera que o homem da junta de freguesia nos denunciasses para o Posto. Havia um guarda, que tinha fama de corredor, de galgar valados, de caçar o furtivo... ganhei-lhe sempre quando "fiz de coelho". Era o prazer de resinar a autoridade...

Sem saber como, fizeram de mim oficial de tiro. Em Viana do Castelo, em plena Serra de Santa Luzia, rebolei num matador, à espera que reben-tassem as múltiplas granadas que transportava, na sintonia duma caixa de detonadores que voaram pela janela. Escapei mas entendi o primeiro aviso. Era preciso ter cuidado e lembrar-me do capitão de operações que me recomendara - Na tropa nem se pode ser bom cavalo nem fraca mula. - Era o conselho dum veterano como se também adivinhasse a mina que os frelimos colocaram no meu encaço com encontro marcado para as bananeiras de Luatize.

De Moçambique vim para Lisboa, para o hospital militar, onde terminei o período de tropa que, forçado, tive de cumprir... Antes do tempo de ser promovido a tenente mandaram-me embora, como se o director do HMP não notasse a diferença entre um pontapé dado a gente ou a cão vadio... apenas pela rebeldia de não me ter sujeitado, de não ter aceite ser transferido para a Graça. Eu não me sentia indisponível e muito menos estava disponível para fazer de oficial-dia de muletas.



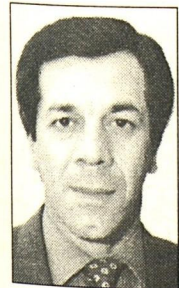
Cheguei à terra sem a farda de alferes, liberto da mente e com a consciência de que nunca fiz de mula... mas também que nem sempre dizia o que aos outros convinha. Mais tarde, lançado pela escrita, aumentei a responsabilidade da opinião. Para além da palavra a escrita fica, marca... é como que a hipótese dum "replay" permanente.

Precisamente há um ano escrevi que desdenhava das promoções mas exigia que cada homem que pela guerra se tivesse diminuído fosse devidamente dignificado pela Nação que o forçara a embarcar...

Vai sendo tempo de acabarmos com as utopias... O fim da ADFA corresponde na minha perspectiva à promoção de todos os DFA soldados a sargentos-ajudantes, e de todos os antigos graduados a tenentes-coronéis. Não são precisas máscaras, nem divisas, nem galões para nos dignificar. É preciso que cada um seja levado ao mais alto escalão do posto em que passou à disponibilidade muito embora para os soldados esse escalão deva corresponder ao último dos cabos profissionais das forças armadas. Para além da impossibilidade económica que qualquer governo teria em cumprir tal utopia seria descabido sonhar pois "a porco morto, por mais faça que se lhe espete, não haverá gota de sangue que saia". O discurso que se houve é de miséria, de finanças na lama...

Fui para a guerra contra vontade... mas, agora, a minha vontade é não usar de novo farda, é não me sentir duplo, é não precisar de honrarias. Basto-me assim, mesmo isolado, mesmo falado, mesmo que alguns desejem queimar o "ELO" pela heresia deste colaborador. Se eu escrevesse só sobre o que todos desejam ouvir, o elogio pelo elogio, a ninguém valeria o esforço de me ler. Escrevo por prazer (nem que seja para a gaveta) e não apenas para ser agradável... Cada cidadão é importante por si, pelo que é, pela vida que vive. Não precisa de ser doutor ou general para ser gente. Basta que seja homem e perceba que também são homens os seus concidadãos. •

Episódios



António Carreiro

Um homem morto

Estávamos animados. Afinal já só faltavam oito quilómetros para chegar a Nambude. Havia esta dificuldade de passar o rio Bandázio. Mas à primeira vista o obstáculo apresentava-se dócil, com boas inclinações de descida para o leito e de saída deste. A água era muito pouca e os seixos no fundo um bom piso para aguentar as

viaturas. Até as árvores que revestiam ambas as margens, tinham deixado o espaço, mesmo no limite, para as viaturas se desenharem bem desta provação.

Depois do esforço despendido para ali chegar e das informações de melhoria de condições no último troço do percurso, a partir daqui, estava-se a retomar a alegria da confiança de quem vai conseguir passar incólume pelas mortes que já ali houvera, pela mina que já nos destruíra o rebentaminas, pelos esforços de picagem, pelo passar de berliets "ao colo" em desniveis de terreno que nos impunham "gincanas" mais que audaciosas, pelas avarias mecânicas, pelo perigo permanente da emboscada. Iamos com dois dias de picada. Ainda era cedo, naquele calor de 40º e até era possível ir dormir ao aquartelamento e desfrutar de uma tranquilidade mínima.

Tomadas as precauções de detecção e picagem, avançou a primeira viatura, só com o condutor.

Entrou devagar, roncou na subida, passou e parou à frente, a distância prudente.

Veio a segunda já mais afoita, procura não sair dos rodados da primeira, grita um ron-ron, mais um esforço, e supera o Bandázio.

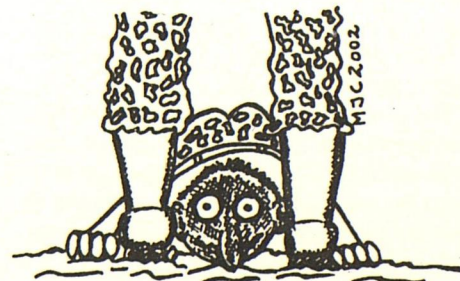
O pessoal melhora o nível de confiança e na terceira vêm já quatro ou cinco em cima da carga de cerveja.

Desce suave para o leito e começa a sair.

Mas os rodados, feitos na lama, não eram lá muito seguros e a viatura oscila, debate-se com motor e tracção, estamos a torcer para que consiga, ronca, ronca e acontece o que já ninguém esperava.

Explode uma anticarro na roda da frente. Enorme estrondo, fumo, salta a berliet atravessada para o meio do rio, voam todos os que estavam em cima.

Voei também, em salto de 21 anos, do alto da carga da segunda viatura, de onde observava, para o chão.



Veio-me parar aos pés o Silva, projectado em arco, pela mina, a cerca de 20 ou 30 metros.

De calças de camuflado e tronco nu, o Silva de branco só tinha olhos e dentes. Tudo o resto era negro, negro.

Num ápice põe-se de pé, abre os olhos, fita-me intensamente e dispara:

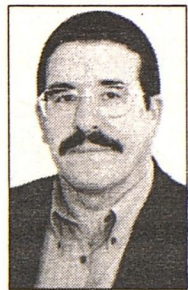
- Meu alferes, estou morto!

Cai segunda vez, quase com a mesma violência da primeira, levanta-se e confirma:

- Meu alferes, estou morto!

Houve quatro evacuados e o Silva repara automóveis, ali para os lados de Alhandra. •

A nossa força



José Diniz

Um dos grandes factores da vitalidade da ADFA tem residido na sua estrutura descentralizada.

De facto, as delegações, com a sua autonomia alargada conferida pelos Estatutos, têm sido motores de dinamização local, tanto junto dos associados como junto das forças vivas das respectivas áreas e da população em geral. E é gratificante assistir a eventos promovidos pelas delegações e ver o carinho e a consideração com que a Associação é tratada.

Nos últimos anos os Órgãos Sociais Nacionais têm sabido gerir esta grande mais valia, envolvendo estas estruturas regionais na sua acção e apoiando-se nelas para conferir maior força à actividade associativa nacional. E é graças a essa comunhão de forças que se tem obtido satisfação de algumas reivindicações importantes e se tem dado visibilidade externa à nossa Associação.

Para além desta autonomia alargada das delegações, que também tem sido tão benéfica na democratização associativa, os Estatutos são claros nas competências atribuídas aos Órgãos Nacionais, não lhes retirando capacidade de intervenção quando as circunstâncias assim o exigem, na sua missão de salvaguardar a coesão nacional e o prestígio da ADFA, bem como de corrigir eventuais excessos.

À luz dos princípios enunciados, de autonomia, de dinamização e de democratização, é de saudar os que se bateram pela criação da Delegação de Lisboa que acaba de celebrar o seu primeiro ano de vida. Foi o ano de afirmação e de implantação no terreno, cuja obra mais visível foi a revitalização dos Núcleos existentes e o levantamento de outros, por forma a cobrir toda a área de implantação da Delegação. Os resultados dessa dinamização e de entrosamento local dos associados tem sido bem visível, tanto na participação associativa a nível dos núcleos como na participação na vida da Delegação e em eventos nacionais. Muitas outras actividades foram levadas a cabo ou iniciadas, no cumprimento do programa anunciado aos associados da Delegação, das quais temos feito eco no ELO.

Crises de crescimento todas as pessoas e organizações têm e a jovem Delegação de Lisboa, naturalmente, não lhes tem sido imune. O mérito residirá em saber ultrapassar essas crises sem prejuízos para ela própria ou para terceiros.

Parabéns à Delegação de Lisboa pelo seu primeiro aniversário e que aos seus dirigentes nunca falte força anímica e discernimento para conduzir pelo melhor caminho os destinos desta importante estrutura da ADFA. •

Castelo Branco

Comissão Administrativa vai reunir com associados

Os associados da área de Castelo Branco vão poder reunir-se com a Comissão Administrativa (CA) designada pela DN, no dia 25 de Julho, para aquela Delegação, no próximo dia 21 de Setembro, Sábado, no Hotel D. Maria, na Covilhã (ao lado do LIDL).

As inscrições devem chegar até 17 de Setembro (o preço por pessoa é de 13,00 euros), mas os associados "vão ser contactados por carta, com indicações sobre os locais deste e de outros encontros previstos", assegurou a CA, depois de uma reunião com a DN, no dia 23 de Julho. A carta terá um destacável para as inscrições, através de envio pelo correio dirigido à Delegação de Castelo Branco, na Rua Dr. Ruivo Godinho, 2, 6000-275 Castelo Branco.

A CA pode ser contactada através dos seus elementos, os associados Carlos Bicho (963 974 354) ou João Mendes (934 550 131).

Os associados António Quintela, n.º 10996, Carlos Bicho, n.º 10095, João Mendes, n.º 11950, João Carmona, n.º 10068, e Manuel Moreira, n.º 11499, formam a CA e apresentaram uma proposta de trabalho cujos objectivos são "dar sinais claros aos associados e à comunidade de que a Delegação está viva".

O prazo avançado para a execução das actividades é até ao final de Novembro próximo. Manter uma participação activa no "ELO", por forma a incentivar os associados, promover reuniões a nível local com os associados, manter uma regular participação nos meios de comunicação social regionais e realizar uma ceia de Natal, são as acções propostas.

Os encontros com os associados vão decorrer também em Castelo Branco, no dia cinco de Outubro, e em Gavião, a 26 de Outubro, ambos em local a designar.

Informar os associados do estado da Delegação, lançar uma campanha para actualizar os ficheiros e a regularização das quotas são objectivos das reuniões, que serão divulgadas nos meios de comunicação regionais, com carta convite a cada associado e com a divulgação no ELO. •

Coimbra

Reunião com associados

Os Órgãos Sociais Nacionais reuniram com os associados da Delegação de Coimbra, no dia 13 de Julho, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, num encontro a que acorreram cerca de 100 associados daquela área.

A reunião proporcionou um debate muito vivo, perante um conjunto de situações apresentado aos associados pela DN e postas em causa por alguns associados da área, "especialmente por alguns elementos da extinta Direcção da Delegação", referiu Patuleia Mendes, presidente da DN.

"Parece ter ficado claro o que levou ao encerramento temporário da Delegação, uma norma estatutária que não obriga ao encerramento dos serviços, mas sim à extinção da estrutura associativa da Delegação em causa, tal como no caso de Castelo Branco, se ficou a dever unicamente a questões de funcionamento associativo", refere o dirigente. E especifica: "a ocorrência de duas assembleias gerais de Delegação que não aprovaram o relatório de actividades e as contas e a renúncia do presidente da MAGD e de todo o CFD".

Patuleia Mendes lembra ainda que "outras questões se referiram a procedimentos que, por não se mostrarem absolutamente transparentes, estão a ser alvo de auditoria, que todos esperam vir a clarificá-las".

A Comissão, nomeada pela DN no dia 11 de Julho, é constituída pelos associados Carlos Santos, n.º 1673, Carlos Almeida, n.º 6214, José Silva, n.º 2278, José Pinto, n.º

6618, José temido, n.º 233, José Girão, n.º 895, e Luís Crespo, n.º 2630.

"O associado António Carreiro, a exercer funções em Oliveira do Bairro, prestará à Comissão a necessária consultoria", afirmou o presidente, que deseja que "o trabalho da Comissão e a dinâmica dos associados da área de Coimbra restitua à Delegação a força que teve e que esta participada reunião indica ser possível e querida pelos deficientes militares" daquela zona. •

Évora

Actividades associativas

De acordo com o Plano de Actividades aprovado para este ano, a Delegação de Évora vai levar a efeito várias actividades associativas no segundo semestre deste ano.

No dia 14 de Setembro, Sábado, vão ser retomadas as reuniões associativas dos segundos sábados de cada mês.

No dia 21 de Setembro, Sábado, vai realizar-se uma visita guiada a Évora, com concentração na Delegação prevista para as 10h00. A visita terá início pelas 10h15, culminando num almoço no Bar da Delegação, pelas 13h00.

No dia 19 de Outubro, a Delegação de Évora realiza uma visita guiada à Barragem de Alqueva e à Nova Aldeia da Luz. Pelas 09h00 parte-se da Delegação. As 10h30 efectua-se a visita à Barragem, com almoço marcado para as 13h00. A visita à Nova Aldeia da Luz faz-se pela 15h00. A chegada a Évora está prevista para as 18h00.

No dia 21 de Dezembro terá lugar um convívio de Natal, em Elvas ou Campo Maior. Nas próximas edições divulgar-se-ão mais informações.

Os associados interessados em obter mais informações podem consultar a Delegação de Évora através do telefone 266 703 473. •

Famalicão

Horário de atendimento

O atendimento na secretaria da Delegação de Famalicão, a partir de 15 Julho, processa-se de segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00. •

Funcionamento dos núcleos

No primeiro e no último Sábados de cada mês as funcionárias da Delegação de Famalicão deslocam-se ao Núcleo de Braga e Guimarães, respectivamente. •

Contagem do tempo de serviço

O preenchimento dos requerimentos referentes à Lei n.º 09/2002, de 11Fev, para contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma e aposentação, é feito na Delegação de Famalicão, no período da tarde, das 14h30 às 18h00, de Segunda a sexta-feira.

"As viúvas dos deficientes ex-combatentes do ultramar também devem preencher aquele requerimento", acrescenta a Direcção da Delegação, devendo as viúvas associadas contactar a Delegação. •

Viseu

Reunião na autarquia de Arganil

Foi no dia dois de Julho que os Órgãos Sociais da Delegação de Viseu se deslocaram à Câmara Municipal de Arganil para uma reunião com o pelouro da Arquitectura. O objectivo do encontro foi tratar e programar o que é necessário para a criação de um monumento aos combatentes do Ultramar na Vila de Arganil.

Os responsáveis da Delegação foram acompanhados pelo associado de Arganil, José Carlos Trindade Ventura, que se disponi-

bilizou para o que for necessário em apoio aos ex-combatentes e à ADFA. •

CDS/PP visita Sede da Delegação

No dia 22 de Junho, nas instalações da Delegação de Viseu, a Direcção da Delegação reuniu com o CDS/PP, acompanhado do deputado Anacleto Correia, para falar da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, relativa à contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma ou aposentação.

Os representantes dos Órgãos Sociais da Delegação informaram o CDS/PP e o deputado sobre o que a Associação está a fazer no apoio aos ex-combatentes em geral, combatentes deficientes militares, viúvas e outros.

Foi garantido pelo deputado do CDS/PP, sobre as dúvidas e as preocupações quanto à abrangência da Lei, que "tudo seria encaminhado para o senhor ministro da Defesa Nacional". Foi referido que "foi também com este empenho que se resolveu a contagem de tempo de tropa na abrangência às viúvas dos combatentes que viram, finalmente, este justíssimo direito reconhecido. Faltam ainda os bancários, advogados e outros".

"Outros aspectos da área legislativa foram analisados, dos quais se espera actualização a curto prazo", salienta a Direcção da Delegação. •

A Direcção da Delegação

Núcleo de Leiria

Café Colóquio em Cortes

O presidente da DN, Patuleia Mendes, interveio num "Café Colóquio" realizado no Grupo desportivo de Famalicão, Cortes, no dia 19 de Julho, que teve como tema os "Combatentes do Ultramar - Três décadas depois, consequências e direitos".

Perante mais de 50 pessoas, Patuleia Mendes falou sobre o enquadramento histórico da expansão portuguesa, o desmantelar dos impérios coloniais e o "tardio entendimento do Governo português para avançar nesse sentido". Destacou o facto de a Guerra Colonial ter constituído "a última página do ciclo do império" e lembrou que foi uma das causas do 25 de Abril. A função da ADFA "como aglutinadora do movimento dos deficientes militares" e a recente legislação publicada - sobre o stress de guerra e sobre a contagem do tempo de serviço militar - foram outros aspectos da alocução.

O padre Fernando Jorge, capelão do Batalhão de Infantaria 97, comandado pelo coronel Maçanita, que partiu para Angola em Maio de 61 e que foi a primeira força a ocupar Nambuangongo (quartel-general do movimento independentista), relatou episódios da progressão até àquela zona. Os primeiros tempos e as dificuldades sentidas pelos militares foram lembranças que também contribuíram para o "debate vivo e participado" que se prolongou às primeiras horas da madrugada. •

Convívio celebra aniversário

O Núcleo de Leiria realizou um convívio comemorativo do seu 3º aniversário, no dia 30 de Junho, na Sede da Cruz Vermelha Portuguesa naquela cidade, tendo convidado a DN, que tem a seu cargo a gestão associativa da Delegação de Coimbra.

Durante o encontro foi debatida a situação da Delegação, sendo prestadas informações e tendo sido incentivados os mais de 40 associados presentes a incrementarem a sua participação para que, como referiu Patuleia Mendes, presidente da DN, "rapidamente se estabilize a vivência associativa na zona".

Esteve presente o secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, cuja actividade se desenvolveu durante vários anos no Centro Regional de Segurança Social de Leiria. •

Castelo Branco

A ADFA precisa de ser forte



Esquecer parte do passado é preciso.

Propositadamente digo parte do passado, porque nem tudo o que se passou na Delegação da ADFA em Castelo Branco foi negativo. Como nas outras delegações, aqui também se fez muito de positivo pelos nossos associados.

Se é para balanço que a Delegação está encerrada, vamos fazê-lo noutra altura, porque nós, os associados, fazemos questão de a manter bem aberta e com vigor, unidos para as mesmas frentes, defendendo os mesmos interesses e falando a mesma linguagem.

Estou a dirigir-me aos associados da Delegação de Castelo Branco, mas este apelo que seja lido e sentido a nível nacional. A ADFA precisa de ser forte e estar unida, só assim temos alguma garantia da solidificação das nossas conquistas.

Há uma Comissão Administrativa, nomeada pela DN para a Delegação da ADFA de Castelo Branco, que será empossada com a presença de todos os Órgãos Sociais Nacionais. A força desta comissão é analisada pelo apoio demonstrado pelos associados, quando respondem às solicitações que lhes são feitas.

Esta comissão quer trabalhar, precisa de ouvir os associados, para sentir as suas necessidades, não serem melhores, mas queremos ser diferentes dos últimos dirigentes.

Peço aos que estavam de acordo com o que se passava na Delegação, que nos aceitem e aos associados desavindos, que façam as pazes. Vamos dar as mãos e partir para outra. •

João Mendes (membro da Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco)

Centro de Actividades Ocupacionais



Uma das actividades do CAO da Delegação do Porto é a escultura. O monitor (à direita) mostra alguns dos trabalhos realizados

Reabilitar-se aprendendo. É o lema que preside aos trabalhos dos associados que integram o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) da Delegação do Porto.

"Foi-se tomando consciência de que os associados estavam a ficar isolados em casa", lembra a técnica de Serviço Social da Delegação, Margarida Marques, coordenadora do projecto, que salienta que "a ideia surgiu da necessidade de ocupar os associados recém-reformados, cuja auto-estima e participação social era reduzida".

Um protocolo com a Segurança Social permitiu, em 1999, criar o Centro onde actualmente, com actividades como a Educação Física, a Informática, as Artes Plásticas, a Terapia Ocupacional e a Fotografia, os 15 utentes trabalham as suas capacidades para se reabilitarem.

"As actividades adaptam-se às características dos participantes", refere Margarida Marques. O trabalho também se baseia no diálogo entre a assistente social e a psicóloga clínica da Delegação, em colaboração com os monitores, que também ajudam a cativar os associados. "Tem que se entrar no espírito do grupo".

Margarida Marques considera que "no módulo de informática a adesão foi muito boa" e lembra que os participantes "começa-

ram a utilizar o computador como uma ferramenta, e já não o vêm como um obstáculo".

Margarida Marques realça que, na terapia ocupacional, os participantes se dedicam a estudar e redigir textos sobre a história da cidade do Porto, realizando também visitas aos monumentos mais significativos para esse fim. "Falta uma viatura adaptada onde possam deslocar-se aos locais em estudo", refere a técnica.

Os trabalhos de pintura e de fotografia foram expostos no aniversário da ADFa, em Famalicão, no mês de Maio, e foram vistos por todos quantos visitaram a Delegação de Famalicão e o Museu da Guerra Colonial, chegando a vender-se um quadro. Na Cooperativa Cultural Filantrópica da Póvoa de Varzim, venderam-se duas obras.

Para Manuel Madureira, as actividades do CAO ajudam-no a passar os tempos livres. Como tem pouca acção nas mãos, o seu ritmo é mais lento, mas nem por isso deixa de praticar como os camaradas. "Prefiro a pintura com aquarela e óleo", diz, mostrando a sua produção. Dos estudos de claro-escuro, passa à tela, e lá vai surgindo uma paisagem ou um retrato, entre outros temas.

Na escultura, Maia Lopes fez uma banana. Trata-se de uma ampliação do fruto, exer-

cício em que "os pormenores se tornam mais evidentes".

Maia Lopes deixou a sua profissão de técnico de laboratório e numa reunião da ADFa em Vila do Conde foi cativado para o CAO. "Ainda há muito para aprender", sublinha. Lembra-se de Vila Cabral, em Moçambique, onde serviu como militar. A deficiência provocou a reforma antecipada. Já teve trabalhos expostos e tem obras em casas comerciais, em Tuy. "Estou aqui há quase um ano e não estou arrependido do tempo gasto nesta actividade", conclui. Cada um se esforça para "dar o máximo das suas capacidades", realça Maia Lopes, referindo o companheirismo formado com o trabalho de equipa.

Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto destaca o empenho dos utentes do CAO e também os serviços dos funcionários a ele ligados. "Este é um dos serviços que a Delegação presta aos deficientes militares e estes 15 utentes frequentam a casa em todas as suas vertentes", acrescenta. O trabalho realizado no CAO é tido como "um orgulho para a Delegação", sendo uma forma de convivência saudável que tende para a reabilitação, contra o isolamento. •

Textos de Rafael Vicente
Fotos de Farinho Lopes

Eliminar barreiras e facilitar acessos

A Câmara Municipal do Porto, pretendendo intervir na problemática da deficiência e desenvolvendo um programa de eliminação de barreiras físicas, designadamente urbanísticas e arquitectónicas, que permita às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade, realizou, no dia 5 de Julho, uma jornada que contou com a participação de representantes de associações, instituições e serviços da cidade.

A iniciativa que foi designada por "Eliminar Barreiras/Facilitar Acessos" decorreu em duas partes: primeira teve lugar durante a manhã e contou com a presença do secretário Nacional para a Reabilitação e Reintegração das Pessoas com Deficiência, Vitorino Vieira Dias, responsáveis municipais e representantes de instituições e serviços; A segunda foi organizada em quatro "WORKSHOPS", em que foram tratadas as questões relacionadas com a acessibilidade e mobilidade nos transportes e espaço urbano, edifícios públicos, desporto, educação, cultura e lazer, barreiras informativas e comunicativas.

As intervenções e as análises efectuadas ao longo do dia acentuaram a necessidade de alterar o actual estado em que se encontra a cidade do Porto, repleta de barreiras e de dificuldades para as pessoas com mobilidade condicionada, tendo sido sublinhada a urgência de uma intervenção que a coloque ao nível das cidades europeias.

A jornada culminou com uma comunicação do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, que referiu ir tomar boa nota das conclusões do encontro, e que em breve, iria adoptar algumas medidas no sentido da eliminação de barreiras físicas existentes na cidade.

A Delegação do Porto da ADFa participou com diversos elementos, tendo apresentado os seus pontos de vista sobre a situação actual e a forma de resolver os problemas que estiveram em debate. •

Centro do IASFA no Porto

Um dos pontos altos das comemorações do 210º Aniversário do Instituto de Acção Social das Forças Armadas teve lugar no Porto, no dia 05 de Julho, com a realização de uma Sessão Solene Comemorativa e da inauguração das Instalações do Centro de Apoio Social do Porto.

As Cerimónias foram presididas pelo tenente general Mateus, presidente do Conselho de Direcção do IASFA, em representação do ministro da Defesa Nacional tendo contado com a presença do governador civil do Porto, do representante do presidente da Câmara Municipal do Porto e de representantes militares ao mais alto nível, dos três Ramos das Forças Armadas e da Região Militar do Norte.

O general Mateus fez, no decorrer da Sessão Solene, uma alocução em que historiou a criação do IASFA e referiu a actividade

desenvolvida pela instituição no ano findo.

O Centro Social de Apoio agora inaugurado constitui uma das valências de que o IASFA irá dispor no Porto, para apoio aos seus beneficiários, sendo uma unidade moderna mas que desde já se antevê não contar com os meios necessários para fazer face às limitações relacionadas com a deficiência. •

Convívio em Santa Maria da Feira

O Núcleo de Santa Maria da Feira e a Delegação do Porto vão realizar o "Convívio - Verão de 2002" que decorrerá no dia 31 de Agosto, no Parque Desportivo Augusto Moreira em Sanfins.

O convívio terá início às 10h00 horas, com a realização de diversas actividades e será prolongado pela tarde, esperando-se uma grande adesão dos associados, familiares e amigos visto que o local é agradável e proporciona condições para um dia de grande convívio.

As inscrições deverão ser feitas junto do núcleo de Santa Maria da Feira ou na Delegação do Porto, até ao dia 25 de Agosto, devendo os participantes munir-se de talheres e copos.

O encontro é especialmente dedicado às mulheres da ADFa pelo que se espera que nesse dia, estejam presentes em grande número. •

AF

Viseu

Cidadania activa

Na vida as coisas nem sempre correm como nós queremos, como nós gostávamos que corresse, mas por aí não vem nenhum mal ao mundo, porque se nós nos esforçamos, se fazemos tudo, se demos tudo que está dentro de nós, então estamos de consciência tranquila porque fizemos tudo, demos tudo que estava ao nosso alcance para que as coisas que realizamos na vida corram sempre pelo melhor, e então feliz é aquele que assume o trabalho com seriedade e assim exerce a cidadania em casa, no campo, no trabalho, nas coisas do futebol com os amigos, no amor e também na ADFa.

Praticar, exercer a cidadania não é qualquer coisa do outro mundo, só é preciso vontade, querer, aplicação, amor à Pátria, ao país que somos todos nós. Quem assistiu ao mundial de futebol viu tudo, menos o exercício de cidadania por parte de toda a comitiva portuguesa, que foi para o Mundial passear e não para trabalhar. Foi uma vergonha, desde os dirigentes, técnicos, jogadores e árbitros, tudo foi mau, mas ao que parece, tudo estava planeado porque o Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Futebol sabia o contrato que tinha efectuado com o seleccionador António Oliveira, o tal das "bestas", que queria ser bestial, mas que se fica, como se sabe, pela primeira e assim infelizmente as "bestas" vão continuar a denegrir Portugal.

Como pode Oliveira afirmar que cumpriu, quando falhou em tudo, logo na convocatória que quis só levar os compadres na preparação da equipa que não soube formar um grupo forte e coeso na disciplina de que só ele é o culpado e na falta de liderança que de facto provou, mais uma vez, aquilo que já estava provado, a sua incapacidade de ser líder e porquê? Porque não sabe transmitir aos jogadores a capacidade que era necessária para se esforçarem, darem tudo que tinham, suar, molhar a camisola e se necessário, saírem do campo de gatas, porque estava em causa todo um passado glorioso dos jogadores, de um povo trabalhador, de Portugal. Será que o conceito de cidadania do Sr. Oliveira só é exercida pela força dos cifrões?

Dito isto quero dizer que exercer a cidadania ao serviço da Pátria ultrapassa tudo, o que quer dizer que por Portugal damos tudo, lutamos até à última gota de sangue, seja em que circunstâncias for!

Portugal, desde o seu nascimento como país, viveu momentos muito nobres, deu novos mundos ao mundo, participou em guerras, lutou pelos valores da liberdade, fez revoluções, deu e dá exemplos do que são valores e é de facto pena que os homens do futebol não tenham tido a lucidez, a capacidade de saberem honrar Portugal, como o fizeram os homens, os soldados de Portugal na guerra colonial e os militares de hoje, que são o garante da paz.

É claro que defender e estar com Portugal honra e dignifica todos, porque cumprindo com Portugal também Portugal cumpre em igualdade com todos os portugueses e é aqui que está o exercício da cidadania plena. Também na ADFa, onde todos devíamos estar unidos no exercício da cidadania, ao serviço de todos os associados, sem excepção, mas que por teimosia de alguns continua a divisão e como se sabe isso não é benéfico porque em vez da união cria divisão entre associados e dirigentes e quando assim é, alguém está a mais, alguém tem as ideias baralhadas, não está actualizado e por isso deve disponibilizar-se para que a cidadania na ADFa seja exercida ao serviço de todos, sem excepções. •

João Gonçalves

Um mês de festa associativa

A Delegação de Lisboa celebrou, no dia 12 de Julho, um ano de actividade associativa. Um mês de encontros, exposições, visitas e convívio entre associados e amigos, foi a marca que a Delegação quis deixar nestas comemorações, reunindo os associados e muitas entidades civis e militares em torno dos ideais e vivências da ADFA. Um mês que vai ficar na memória.

Textos de José Diniz e Rafael Vicente
Fotos de Farinho Lopes e Rafael Vicente

Visita ao Forte de Peniche

O Núcleo de Peniche organizou a primeira actividade integrada no âmbito das comemorações do 1º aniversário da Delegação de Lisboa, com uma visita ao Forte de Peniche, contando com a presença do governador civil, do autarca local, e do presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei e dos representantes da PSP, GNR e Brigada Fiscal, além da presença do presidente da DN e dos dirigentes da Delegação de Lisboa e do Núcleo.

Na praça de armas do Forte, a Banda Filarmónica de Serra d'El Rei tocou o Hino Nacional, acompanhando o hastear da

Núcleo de Corroios lembra Guerra Colonial

As comemorações do aniversário da Delegação de Lisboa também passaram pelo Núcleo da Margem Sul, que trouxe a exposição "Guerra Colonial: Uma História por Contar" ao Ginásio Clube de Corroios, entre sete e 19 de Julho.

A inauguração contou com a presença da vereadora da Câmara Municipal do Seixal, do presidente da Junta de Freguesia de Corroios e dos elementos dos órgãos da Delegação.

O presidente da MAGD depôs uma coroa de flores junto à lista dos mortos na Guerra Colonial, numa homenagem a que se



Hastear das bandeiras no Forte de Peniche



Homenagem na inauguração da exposição no Ginásio Clube de Corroios

Bandeira Nacional e das bandeiras do município e da ADFA.

Durante a visita ao Museu do Forte, foi possível conhecer a colecção de conchas e de objectos ligados à faina dos pescadores, antes de passar pelos achados romanos (séc. I e II) e pela sala dedicada à renda de bilros.

A visita culminou no pavilhão onde estiveram detidos os presos políticos. Os visitantes não resistiram a espreitar para dentro das celas, onde foram montadas cenas de interrogatórios da polícia política e todo o mobiliário e objectos pessoais dos presos.

Numa passagem mais breve, o grupo pôde constatar as regras rigorosas das visitas no tempo da ditadura, no "parlatório", onde as redes separavam os familiares dos presos, num controlo total de todas as conversas.

Numa Sessão Solene em que participaram todas as entidades convidadas, o presidente da MAGD realçou a "nova dinâmica que a Delegação imprimiu à vida associativa", congratulando-se com a implantação da Delegação neste primeiro ano de actividade.

O governador civil e o presidente da Câmara de Peniche salientaram a importância do movimento associativo naquela área, homenageando "todos os que tiveram que defender a Pátria na Guerra Colonial".

O encontro seguiu para a sede do Núcleo, com um desfile pelas ruas de Peniche em que também participou a Banda Filarmónica de Serra d'El Rei.

associaram as entidades presentes.

Francisco Janeiro, presidente da Delegação de Lisboa, referiu que "este memorial de silêncio constituirá sempre para nós os fundamentos da defesa da Paz, da cooperação entre os povos, dos direitos humanos e da emergência da solidariedade".

A vereadora Corália Loureiro referiu que a edilidade está a trabalhar no sentido de disponibilizar uma sede para o Núcleo da Margem Sul.

Os funcionários também festejaram

No dia 12 de Julho, dia em que se celebra a criação da Delegação de Lisboa, os funcionários da Sede Nacional e da Delegação também comemoraram este evento associativo, num almoço-convívio com os dirigentes nacionais e da Delegação, estando também presentes os representantes das Delegações de Évora, Faro e Setúbal.

Exposição fotográfica e colóquio na Sede

Fernando Farinha, repórter de guerra do Diário de Notícias, apresentou a sua exposição fotográfica no salão nobre da Sede da ADFA, na presença de várias entidades convidadas.

O autor das fotografias referiu que se tratam de "imagens da vivência diária dos militares na Guerra Colonial, sem recurso a imagens sangrentas". Para Fernando Farinha foi mais importante fotografar os rostos de quem combatia em África. O repórter congratula-se por trazer a exposição à ADFA, uma vez que "esta é a casa de quem trouxe as marcas da Guerra Colonial, onde encontro amigos que até fotografei na altura".

Rui de Azevedo Teixeira, autor de várias obras sobre a temática da Guerra Colonial e organizador dos Congressos Internacionais sobre este tema, interveio no colóquio que se seguiu, traçando uma panorâmica sobre as obras produzidas sobre esta problemática. "Vocês foram o público mais difícil que alguma vez tive, porque fazem parte do grupo de portugueses que mais respeito", referiu o professor, homenageando todos os que deixaram um pouco de si em África.

Na sua alocução, Rui Teixeira deixou nomes de autores e títulos "de referência", dividindo-os em três grupos: "tese, síntese e antítese" (considerando as obras que foram publicadas antes e depois da Revolução de Abril e as que vão sendo recentemente publicadas sobre a temática da Guerra Colonial).

O presidente da Junta de Freguesia dos

Jantar comemorativo em dia de aniversário

A delegação de Lisboa convidou diversas entidades civis e militares para um jantar comemorativo, em 12 de Julho, animado por um conjunto musical.

A presidir ao evento esteve o major-general Nunes Marques, director dos Serviços de Saúde do Exército e do HMP, acompanhado pelo director do serviço de Fisiatria do HMP, tenete coronel médico António Horta e pelos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação. Também participaram os representantes da Câmara Municipal de Lisboa, da Junta de Freguesia do Lumiar, do IASFA, das associações de e para deficientes e das delegações da ADFA em Famalicão, Faro, Porto, Setúbal e Viseu, além dos representantes dos núcleos da área de Lisboa.

O ambiente foi de festa, congratulando-se os Órgãos Sociais da ADFA com a participação associativa nas actividades deste aniversário.

Convívios à volta da mesa

Nos dias 13, 19 e 20 de Julho realizaram-se os convívios na Quinta das Conchas, em

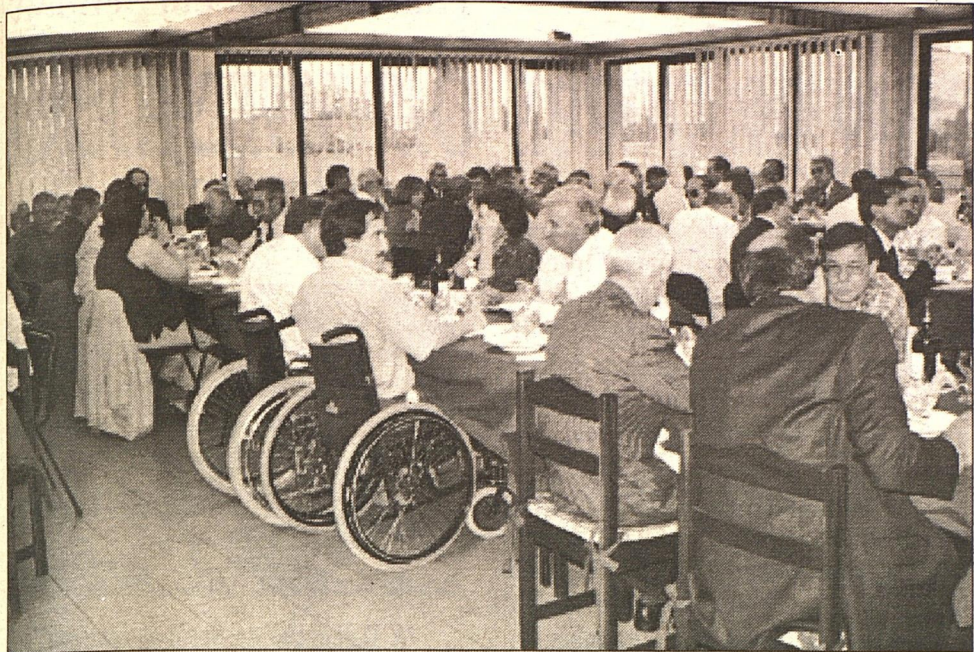


Rui Teixeira e Fernando Farinha (1.º e 3.º da esquerda para a direita) no Colóquio sobre a Guerra Colonial

Olivais, que visitou a exposição e assistiu ao colóquio, referiu o apoio autárquico que estas iniciativas podem conseguir, disponibilizando a Junta de Freguesia a que preside para futuras colaborações.

Lisboa, do Núcleo de Alcobça e do Núcleo do Barreiro, reunindo os associados, familiares e amigos à volta da mesa.

Nestes eventos estiveram representados as câmaras municipais de Alcobça e do



Jantar com convidados no restaurante da Sede

Barreiro, as juntas de freguesia daquelas localidades, a Associação de Fuzileiros, a PSP e a Liga dos Combatentes de Alcobaça e os elementos dos Órgãos da Delegação.

Na Quinta das Conchas houve largada de pára-quadristas, sardinhada, banda musical e outras actividades, que muito animaram o Sábado, 13 de Julho.

Concurso de Pesca Desportiva no Tejo

Logo de manhã cedo, no dia 20 de Julho,

(Praças Armada) conquistou a liderança, com 11750 pontos. Em segundo ficou Urbano Rebelo (individual), com 8250 pontos, e, em terceira posição, Joaquim Filipe (Musgueira), com 7700 pontos.

Conferiram os resultados o associado Rui Diniz (do grupo Corvina), ajudado por Guilherme Antunes e filho, Bruno Antunes (do grupo Golfinhos). "Nem dá tempo para lavar o colete. Amanhã é no Barreiro", comentava Guilherme Antunes, pescador que já está a passar o hábito ao filho.

Na organização do evento estiveram Américo Monteiro, Fernando Sousa e José



A Delegação de Lisboa organizou um concurso de pesca no Tejo

ficou o HMP como a grande referência da Saúde Militar, terminando com um voto: "se o HMP foi a nossa namorada dos nossos 20 anos deve ser agora a nossa companheira dedicada dos 50 e 60 anos". Por sua vez o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, Adérito Pinto, realçou que "é a primeira vez na história da ADFA que uma equipa médica com esta dimensão se presta a uma iniciativa como esta".

A iniciar a primeira Mesa de trabalhos o Tcor médico José Leitão centrou a sua comunicação na actividade que o Serviço de Psiquiatria, de que é director, tem desenvolvido desde 1964 no âmbito do Stress pos-traumático (PPST) nas áreas da avaliação e assistência. Desde então até agora foram observados 508 indivíduos, a maioria dos quais não tinha antecedentes psiquiátricos.

Seguiu-se a intervenção do Tcor médico Real Dias, director do Serviço de Urologia, que traçou o percurso da assistência aos deficientes militares, em especial aos paraplégicos e tetraplégicos, nos últimos 20 anos, afirmando que hoje, dado os avanços técnicos, estes deficientes já não morrem com doenças do foro urológico.

A terminar a primeira sessão de trabalhos usou da palavra o Tcor médico Dias Serra, Director do Serviço de Oftalmologia, que deu conta do que se faz nesta clínica do HMP, nomeadamente na assistência que é prestada aos acidentados de guerra (cegos e amblíopes). Falou ainda da expectativa que a última novidade tecnológica, o "Olho Electrónico", veio trazer aos deficientes visuais, lembrando que a sua aplicação é da competência da neurocirurgia.

A começar os trabalhos da 2ª Mesa o Tcor médico António Horta, Director do Serviço de Fisiatria e Ajudas Técnicas, centrou a sua intervenção no tema os "Avanços e Tratamento Protético", traçando a evolução das próteses dos membros superiores e

inferiores com realce para as últimas novidades em termos de inovações técnicas e de materiais.

Em seguida o Major médico João Gonçalves, Director do Serviço de Ortopedia, dissertou sobre cidadania e deficiência e deu conta do que é a Clínica de Ortopedia do HMP que durante a guerra recebia a maior avalanche dos evacuados das frentes de combate.

A terminar as intervenções o Cor Artur Paiva, Administrador do HMP, explicou como é financiado aquele hospital e referiu que a prioridade dos recursos vai para o apoio aos DFA.

O Major médico Barros Silva, Director dos Serviços de Fisiatria do Hospital da Força Aérea e colaborador dos Serviços Clínicos da Delegação de Lisboa, que moderou as duas mesas de trabalhos, fez o balanço deste Seminário e coordenou os períodos de debate que contou com intervenções de vários associados, de entre a numerosa assistência que enchia a sala.

Na sessão de encerramento usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício, que considerou que este foi um dia muito importante para a ADFA, pois assistiu-se ao primeiro "confronto" entre esta Associação e o HMP, em que a cooperação e a qualidade dos serviços médicos militares esteve em evidência.

A encerrar os trabalhos falou o Major-General Nunes Marques, Director dos Serviços de Saúde do Exército e do HMP, que se congratulou pela iniciativa da ADFA, através da sua Delegação de Lisboa, lembrou que os serviços de saúde militares procuram servir bem todos os seus utentes, dando conta do esforço de adaptação às solicitações futuras que o HMP está a fazer. Terminou enunciando a grande conclusão deste encontro: "verifica-se que acreditamos uns nos outros".



Adérito Pinto, pres. MAGD, major-general Nunes Marques, dir. HMP, e Jorge Maurício, pres. MAGN

os pescadores que se associaram à ADFA nas comemorações do aniversário da Delegação de Lisboa, se dirigiram para a Doca de Alcântara, para participarem no Concurso de Pesca Desportiva organizado pela Delegação.

A prova juntou mais de 50 pescadores de sete organizações. O Núcleo de Peniche e a Delegação de Setúbal, o grupo de Praças da Armada, os Golfinhos Costa, os Abençoados, o Sporting Clube Corvina, o Carnide Clube e o Musgueira Norte foram os agrupamentos participantes. As três primeiras posições na classificação por agrupamentos foram para os Abençoados, 23420 pontos; Praças da Armada, 21130 pontos; e Musgueira Norte, 17660.

O maior exemplar coube a Pedro Alves, individual, com uma tainha com mais de um quilo. A cada grama correspondeu um ponto nas classificações.

Fernanda Martins (Musgueira) liderou a classificação das senhoras, com 1020 pontos, seguida por Leonor Sobral (Praças Armada), com 460 pontos.

Nos juniores, Bruno Antunes (Golfinhos) ficou em primeiro, com 2600 pontos, seguido por Ana Catarina (Musgueira), com 1500 pontos, e por Tiago Rodrigues (Carnide) e Marco Santos (individual), com 240 pontos.

Na classificação geral, José Gedelha

Joaquim, associados residentes na área da Delegação de Lisboa.

Pela tarde houve um almoço-convívio na Sede e jogos de cartas e snooker, até à hora da distribuição dos prémios.

Todos receberam dos representantes dos OSD os troféus e lembranças deste dia de convívio piscatório.

Assistência Médica em Seminário

A iniciativa da Delegação de Lisboa em incluir nas comemorações do primeiro ano de actividade um encontro entre a Saúde Militar e a ADFA foi aplaudida por todos os participantes. Os médicos militares vieram dar conta das capacidades e dificuldades dos serviços clínicos respectivos e os utentes elogiaram a qualidade desses serviços e fizeram reparos a aspectos menos positivos.

Este Seminário que teve como tema "Assistência Médica nos Hospitais Militares - Deficientes Militares como Utentes dos Serviços Médicos" decorreu na tarde do dia 23 de Julho no salão nobre da Sede Nacional da ADFA.

Na sessão de abertura o presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, classi-



Major-medico João Gonçalves, director dos Serviços de Ortopedia do HMP

Fim-de-semana maravilhoso

Delegação de Setúbal organiza cruzeiro no Douro

Texto de Rafael Vicente
Fotos de Farinho Lopes



Convívio a bordo

A Delegação de Setúbal organizou mais um passeio com associados, familiares e amigos, desta vez com um cruzeiro no Douro, nos dias 29 e 30 de Junho.

José Faria, presidente da Direcção da Delegação de Setúbal, organizador da iniciativa, congratulou-se com a adesão que granjeou.

No dia 29, o autocarro que trouxe alguns associados e familiares da Delegação de Setúbal, fez escala na Sede Nacional, onde o esperavam mais passageiros.

A saída de Lisboa estava marcada para as 07h00, em direcção a Vila Nova de Gaia, para as caves do vinho do Porto "Grahams", fundadas em 1820 pelos irmãos escoceses William e John Graham. Teve lugar uma visita guiada e depois de se provar o "delicioso néctar", com tempo para algumas compras, o grupo partiu para o Porto.

Após o almoço visitou-se alguns locais, com uma surpresa agradável para todos. Não estava prevista a visita à Sede da Delegação do Porto mas, para "grande satisfação de todos" - alguns associados ainda não conheciam as instalações - os viajantes foram recebidos e acompanhados pelos elementos da Direcção da Delegação, os associados Carlos Correia, Daniel Folha e Viriato Gonçalves, que se "desdobraram em

amabilidades". O atendimento no bar da Delegação foi de primeira, com animado convívio. "A Delegação do Porto a todos marcou pela excelente recepção associativa (não planeada!)", referiram alguns elementos do grupo visitante.

Em Amarante, no hotel Navarras, os excursionistas jantaram e participaram num serão dançante, onde a ani-

mação reinou até cerca da meia-noite. Todos deram o seu "pézinho de dança".

No dia seguinte, partiu-se em direcção a Peso da Régua, onde esperava o barco para o "ex-libris" da excursão, a descida do Douro, em cruzeiro turístico. Depois de bem instalados a bordo do bar flutuante, foi de imediato servido um saboroso aperitivo, que "abriu o apetite ao pessoal para o almoço".

Tomados os digestivos, os viajantes subiram ao piso panorâmico da embarcação. Aproximavam-se da barragem do Carrapatelo. Com os seus 35 metros de desnível, depois das informações do guia turístico que tem acompanhado todas as viagens, João Diogo, causou alguma apreensão: como seria a descida para a outra etapa do passeio?

Os ânimos ficaram ao rubro com a música ao vivo para dançar. Os mais medrosos distraíram-se e só pararam para ver a aparatosa operação que ia desenrolar-se. O barco entrou numa enorme comporta que se fechou para que o nível da água baixasse, como num elevador. Ao transpor a barragem, "façanha que, de facto, mete respeito", o espectáculo dominou o receio inicial. Lá em cima ficavam as pessoas, cada vez mais pequeninas, que olhavam para o barco a "afundar-se" em segurança, conforme o nível das águas baixava.

Já noutra "degrau da escada do Douro", seguiu a viagem numa animada festa, com os passageiros sempre a dançar, alguns "a molhar a goela", até que se avistou Entreatos-Rios, o que despertou a atenção de todos. O local do terrível acidente da queda da ponte Hintze Ribeiro já conta com novas pontes para uma travessia segura!...

Mais abaixo, avistou-se a barragem de Crestuma-Lever, com um desnível de 14 metros. A apreensão já não foi tão grande, pois era já um grupo de "veteranos da descida do Douro" à beira de mais uma etapa.

A boa disposição continuou até Vila Nova de Gaia, onde o barco atracou e esperava o autocarro para Setúbal.

Na opinião dos participantes, que fizeram o balanço da viagem, "foi uma iniciativa tão positiva, que já ficou marcada outra excursão, para Maio de 2003, desta vez a Marrocos", referiu José Faria, que se congratula com o êxito da viagem. •



Transpondo a Barragem do Carrapatelo

Sardinhada em Setúbal

Um convívio com tradição



A Delegação de Setúbal realizou, no passado dia seis de Julho, no Parque de Campismo da Gâmbia, Setúbal, mais uma edição da tradicional sardinhada associativa, que contou este ano com a participação dos representantes das delegações de Famalicão e Faro, além dos elementos dos Órgãos Sociais Nacionais que também fizeram questão de estar na festa. A Direcção Nacional foi representada pelo seu tesoureiro e 3º secretário, Orlando Correia e Armando Alves, e do Conselho Fiscal Nacional esteve o secretário António Cotrim Viana.

José Faria, o dinamizador da iniciativa, congratula-se com a adesão associativa ao evento. Realça também "as famílias, pois é importante que participem na festa de aniversário da Delegação de Setúbal" (criada em 26 de Junho de 1976).

Muitos associados e seus familiares sublinharam a importância de que se reveste este evento, considerando que "não devemos deixar de apoiar a Delegação de Setúbal e o seu presidente nestas iniciativas, assim como nas viagens que também estão a ser dinamizadas".

Desta vez houve alguma inovação no que tocou à organização dos "comes e bebes". A assar as sardinhas e as febras estava um amigo, que também as distribuía, poupando os participantes do contacto directo com o fumo. Junto dos convivas foi colocada uma caravana com bebidas e, perto da "pista de dança" de terra batida, tocava um conjunto musical.

A tarde foi dominada por temas musicais variados a que as pessoas responderam com entusiasmo. Com o avançar da hora, chegou a altura das febras na brasa. O bolo de aniversário da Delegação de Setúbal já esperava o culminar da festa.

Depois de breves palavras de Armando Alves, da DN, que apelou à "continuidade deste evento" e à "plena e cada vez maior participação associativa", partiu-se o bolo.

Os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e das delegações juntaram-se em torno da mesa, com o director do Parque de Campismo da Gâmbia, para a foto de família, e depois continuou o convívio, nas últimas conversas e abraços, entre cantorias a que se arriscaram apenas os mais afinados.

"Já estamos a pensar na sardinhada do ano que vem", lembrava o associado Zeferino Ribeiro, "certos de que estaremos cada vez mais unidos na ADFA". •

RV

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados

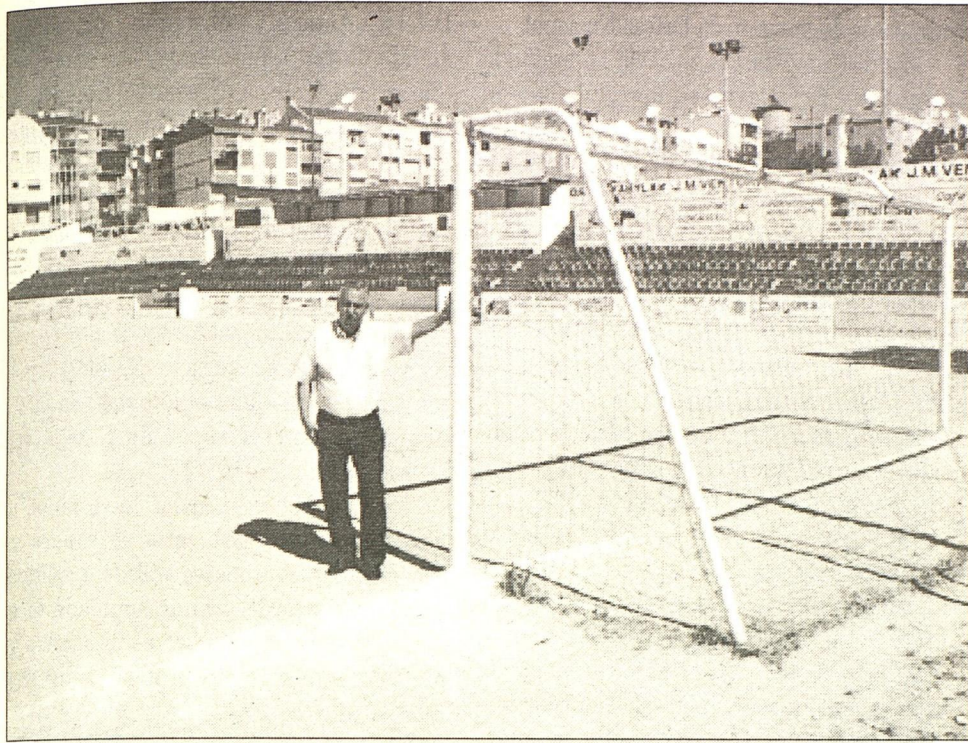
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Joaquim Poeiras, associado da ADFA

Dedicado ao associativismo



O Ginásio Clube de Corroios tem melhorado a sua estrutura

"Vi um sobrinho morrer com uma overdose e desde aí tenho apostado em contribuir para tirar os jovens da rua." Joaquim da Conceição Mochila Poeiras, 52 anos, um deficiente militar que foi fuzileiro especial desde os 16, associado da ADFA e de uma infinidade de outras associações e colectividades na área onde vive, quer "lutar pelos jovens e pela vida".

Fez três comissões na Guiné, entre 1967 e 1973. "Logo na primeira fui "apanhado", ferido por uma bazucada", conta. E pormenoriza que "um estilhaço alojou-se pertíssimo da carótida". Nessa operação, "com 15 dias de Guiné, ficou logo ali um camarada morto e outros feridos".

Apesar do ferimento, "queria ir para o mato". Tinha úlceras no estômago, mas "cheguei a fugir do hospital em pijama, de bicicleta", recorda com o humor que a distância temporal lhe permite. "Não via outra coisa, a guerra entra-nos no sangue", conclui.

Desse tempo recorda algumas "aventuras". "Desembarcávamos sempre para o lodo e passámos muitas noites na lama", acrescenta. "Enquanto não ouvíamos um tiro estávamos nervosos, a tensão era maior antes dos tiroteios", conta. Joaquim Poeiras realça que "chegávamos a ser atacados 18 vezes num dia", ilustrando a tensão vivida nas bolanhas da Guiné.

"Uma vez, outros militares foram "apanhados à mão" e nós fomos salvá-los", relata.

Ao Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 12, de que fez parte, foi atribuída uma Cruz de Guerra de 1ª Classe, colectiva, e todos os seus militares foram louvados. Foi também atribuída a Cruz de Guerra Individual (1ª, 2ª e 3ª classes) a mais de dez militares daquele destacamento.

Tantos anos passados e ficou a organização que agora vai aplicando nas instituições de que é associado.

"O associativismo ajuda a reabilitar as pessoas social e mesmo profissionalmente", salienta, enquanto mostra as instalações do Ginásio Clube de Corroios, instituição de cuja Direcção faz parte, como 1º secretário, na área do futebol para a juventude.

O Ginásio tem sido apoiado por várias entidades oficiais, tendo sido construídos, de raiz, os balneários, "com melhores condições para acompanhar e acolher os jovens desportistas", com a ajuda da Câmara Municipal do Seixal.

Joaquim Poeiras realça que a experiência associativa já tem uma longa história na sua vida. Actualmente, preside à Direcção do Núcleo da Margem Sul, que integra com outros associados daquela zona, assegurando a intervenção da ADFA junto da comunidade local, em coordenação com a Delegação de Lisboa.

No salão do Ginásio, onde é possível projectar filmes num ecrã enorme, Joaquim Poeiras destaca que "esta estrutura associativa é como que um pólo aglutinador da juventude e da comunidade local". Lembra que a exposição "Guerra Colonial: Uma História por Contar" esteve ali patente entre sete e 19 de Julho, no âmbito das comemorações do 1º aniversário da Delegação de Lisboa, na primeira actividade no salão desde que sofreu obras de melhoramentos.

Há oito anos assumiu o pelouro do futebol como director, contando já mais de duas décadas como associado do Ginásio Clube de Corroios. "Tudo começou quando acompanhava o meu filho mais novo nas escolas de futebol", conta. "Gosto do ambiente e de saber que estamos a ajudar a tirar os

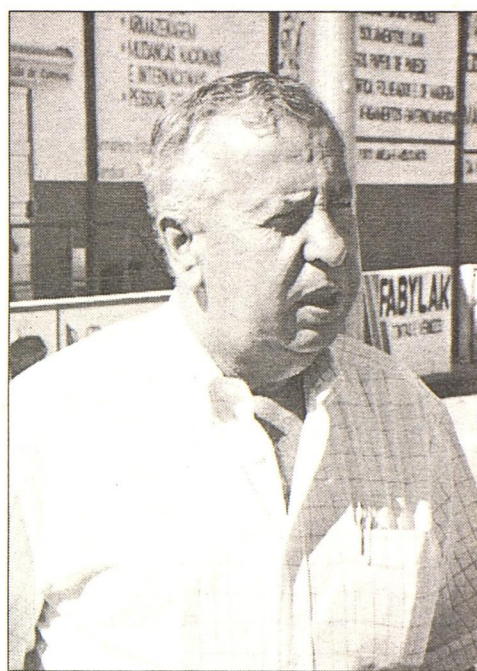
mais jovens da tentação da droga e de outros problemas", diz Joaquim Poeiras, justificando os anos de experiência associativa junto da juventude.

Dos "momentos de ouro" do Ginásio Clube de Corroios, Joaquim Poeiras salienta as vitórias da equipa dos juvenis, que se sagrou campeã distrital e que agora joga nos nacionais.

Joaquim Poeiras mostra o campo da bola, cujas cadeiras nas bancadas foram fornecidas pelo Sport Lisboa e Benfica, aquando da demolição de parte das suas bancadas.

Faz um balanço positivo do mandato de daqui a pouco tempo chega ao fim. Mas a sua colaboração não se fica pela função de dirigente. "Há sempre muito para fazer", acrescenta, orgulhando-se dos equipamentos arrumados no edifício dos balneários, que aponta como importantes para a imagem do Clube e dos jovens que o representam. "A juventude tem brio no equipamento que veste e nós temos os meios para fornecê-lo e lavá-lo, com condições para mostrar os nossos miúdos sempre no seu melhor. Também faz parte do estímulo de que eles precisam para aderirem a estas actividades", considera.

Para Joaquim Poeiras, "a equipa não está só no campo de futebol, prolonga-se no balneário e em todos os elementos, dirigentes e funcionários, que são a retaguarda dos desportistas". O desempenho, na opinião do dirigente, depende também do apoio familiar nas deslocações e em tudo o que gira à volta do desporto juvenil".



Joaquim Poeiras

O Núcleo está à procura de uma Sede e de apoios que permitam o início de outras actividades. Por enquanto, o Ginásio Clube de Corroios disponibiliza as instalações para os encontros do Núcleo da ADFA.

Do Ginásio Clube de Corroios ficou a imagem da renovação. Terminadas as obras nos balneários e agora no salão, "não se pode parar", avança Joaquim Poeiras.

O Núcleo da Margem Sul, também promete actividades de sucesso, como evidenciou na organização da exposição do Museu da Guerra Colonial, durante o mês de Julho.

O associativismo no Núcleo da ADFA e no Ginásio Clube de Corroios está ao



Equipa de iniciados que participou nos nacionais 2001/2002

Como no futebol e nas associações e colectividades recreativas, na ADFA é preciso "jogar" em equipa. "Por isso apostámos na criação do Núcleo da Margem Sul", explica.

serviço da juventude e também preservação da memória da História recente de Portugal. •

Texto de Rafael Vicente
Fotos de Eirinho Lopes

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

Relacionamento com a ADFA permite alguns avanços



O secretário de Estado realçou o bom relacionamento do MDN com a ADFA

O secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, visitou a Sede Nacional e a Delegação de Lisboa no passado dia 19 de Julho, reunindo com os Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação e com os associados e funcionários no salão nobre da Sede.

"Temos tentado encontrar novas soluções, de que é exemplo a lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro." O secretário de Estado fez um balanço da actividade do governo nos últimos meses, realçando que o relacionamento com a ADFA "tem permitido alguns avanços no que concerne à evolução da legislação relativa aos deficientes militares.

"Quando chegámos ao MDN tínhamos uma lei para cumprir (que atinge cerca de 700 mil pessoas), mas apenas estavam informatizados cerca de seis mil processos", lembrou Henrique de Freitas. "A nossa prioridade foi tratá-los com rapidez e eficácia", referiu, avançando que brevemente estarão todos informatizados.

O governante sublinhou ainda algumas

mudanças na estrutura do ministério, destacando a transferência do Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes que funcionava nas instalações do MDN, para a antiga Cordoaria, com uma equipa para rapidamente concluir a sua informatização. "Depois de tudo organizado, vamos solicitar à Caixa Geral de Aposentações e outros serviços para procederem com celeridade" com estes processos, afirmou.

Referindo-se às reivindicações legislativas que já tinham sido abordadas pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, na recepção na sala da DN, Henrique de Freitas declarou que o Estatuto do Deficiente Militar "é um trabalho em que a ADFA deve participar, para que não haja legislação avulsa e desnecessária". Sobre a "uniformização do regime de promoções aos Quadros Permanentes dos DFA", acrescentou que este assunto "também será tratado".

O secretário de Estado referiu que, sobre o novo apoio à terceira idade dos DFA, "podemos trabalhar em confiança e produtividade", manifestando total disponibilidade

para futuros contactos e deixando os cumprimentos do ministro da Defesa Nacional.

O presidente da DN já havia apresentado as questões relativas ao alargamento da abrangência do conceito de campanha, à uniformização do regime de promoções e à ampliação do prazos nos casos dos deficientes civis das Forças Armadas. Patuleia Mendes referiu que "o Conselho Consultivo do Lar Militar da Cruz Vermelha deveria funcionar", podendo o projecto do Lar Militar ser desenvolvido, adquirindo a vertente de acompanhamento à terceira idade. O projecto para a Delegação do Porto foi outro tema apresentado pelo presidente da DN, referindo o caminho já percorrido neste assunto.

Acompanhado pelo chefe de Gabinete, Saldanha e Serra, pela assessora jurídica Maria João Rodrigues, e pelo intendente Isaiás Teles, o secretário de Estado visitou as instalações da Sede Nacional e as da Delegação de Lisboa, reunindo também com os seus dirigentes. O encontro culminou num almoço no restaurante da ADFA.

"A presença do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes ultrapassou o âmbito da visita formal, dadas as aberturas que propôs, quer no desenvolvimento dos estudos das matérias legislativas pendentes, quer no novo equacionamento da relação entre o MDN e a ADFA, no que se refere à cessão de instalações e transferência da Tipografia-Escola da ADFA", comentou o presidente da DN.

O dirigente considera ainda que "parece ser vontade da secretaria de Estado a análise e ultimateção de alguns diplomas, de que se destaca a concretização do Estatuto do Deficiente Militar".

Patuleia Mendes conclui que este foi "um encontro proveitoso, que se espera ver concretizado em soluções válidas e aplicáveis num momento de grande acuidade face à idade dos deficientes militares, situação a que o governante declarou pretender dispensar especial atenção".

Texto de Rafael Vicente
Fotos de Farinho Lopes



Henrique de Freitas também visitou as instalações da Delegação de Lisboa

Tondela

Memorial aos Combatentes do Ultramar

No dia 30 de Junho decorreram, em Tondela, as comemorações do 20º aniversário da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), com a inauguração do Memorial aos Combatentes do Ultramar, na entrada poente da cidade.

O evento contou com a presença do ministro da Defesa Nacional, de autoridades

locais civis e militares e de várias associações de antigos combatentes. A ADFA esteve representada pelo 1º Secretário da DN, Santa Clara Gomes.

O ponto alto das comemorações foi a bênção do Memorial, obra "com grande sentido estético", em que estão inscritos os nomes de todos os mortos do concelho de

Tondela na Guerra Colonial, que terminou com a deposição de coroas de flores pelos familiares dos mortos e pelas altas individualidades, associações de combatentes e público em geral.

Seguiu-se o lançamento da primeira pedra da nova Sede da ANCU, na antiga estação da CP de Tondela, a inauguração de uma

exposição sobre a Guerra Colonial, no Mercado Velho, e um informal convívio para os antigos combatentes e seus familiares, com animação cultural, no Pavilhão Desportivo de Molelos.

VISITE ©

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ministro da Defesa com a ADFA nos Açores

"Este Simpósio já é um exemplo de intervenção"



O ministro da Defesa quer a intervenção das associações de ex-combatentes

"Sou absolutamente favorável à intervenção das associações de ex-combatentes, como a ADFA, para encontrarmos fórmulas muito mais eficazes para resolver os problemas dos combatentes." O ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas, referiu-se à Associação como parceiro importante e credível no âmbito da Rede Nacional de Apoio, no Simpósio organizado sobre aquele tema, pela ADFA, em Ponta Delgada, Açores, no dia 26 de Julho.

Depois de ter ouvido as conclusões do Simpósio e a intervenção de Patuleia Mendes, o ministro realçou acreditar no "princípio da subsidiariedade que leva a que o Estado só deve fazer aquilo que outros não saibam fazer melhor do que ele". Paulo Portas considera que "as associações como a ADFA têm uma capacidade extraordinária para resolver problemas", salientando a "absoluta transparência e a credibilidade da Associação, que se responsabilizou por uma tarefa, saber aproveitar fundos públicos e saber prestar contas".

O ministro sublinha que este Simpósio já é um exemplo da intervenção junto da comunidade médica, da justiça, militar e política, para que os problemas sejam detectados e melhor resolvidos".

Nas conclusões do Simpósio consta que o "Stress de Guerra" aparece ainda como uma expressão nova no léxico nacional, mesmo em áreas onde seria imperioso o seu conhecimento. A nível do Serviço Nacional de Saúde (SNS) são ainda frequentes os casos de desconhecimento desta patologia ou das normas de tratamento ou do encaminhamento dos doentes.

Fausto Lourenço, chefe de serviço do HMR n.º 1, do Porto, Teresa Infante, psicóloga clínica da ADFA, e Joana Gago da

Câmara, directora do serviço de Psiquiatria do Hospital Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, realçaram que o "Stress de Guerra" não é a única doença mental induzida por situações extremas de campanha. Para os técnicos, há "outras que podem ser adquiridas ou agravadas nessas situações, e cujo enquadramento legal não está feito. São típicas destas as que a CGA considera constitucionais, como a esquizofrenia, não reconhecendo onexo de causalidade com o serviço.

Joana Gago da Câmara e Teresa Infante sublinharam também que o rastreio dos casos de Stress de Guerra é difícil, dada a tendência dos afectados para o isolamento, agressividade, ou recusa de aceitação da doença. A acção do médico de família ou dos centros de saúde é dificultada pela "falta de formação e de informação sobre a patologia.

O papel das organizações não governamentais, mais próximas do ex-combatente, assim como das paróquias e freguesias, é tão importante no rastreio como na acção social, reinserção e acompanhamento dos doentes, é avançado nas conclusões do encontro.

Helena Afonso, do Gabinete Jurídico Nacional da ADFA, realçou os diplomas que regulam a problemática do Stress de Guerra, considerando-se que a actual legislação privilegia as questões processuais, com vista ao acesso ao tratamento e à eventual atribuição de pensões, tratando o Stress de Guerra como uma doença permanente e irreversível, o que não corresponde, felizmente, à realidade.

A advogada indica ainda algumas "incongruências na actual legislação", pois os médicos são chamados a pronunciar-se sobre o nexo de causalidade, e as Juntas de

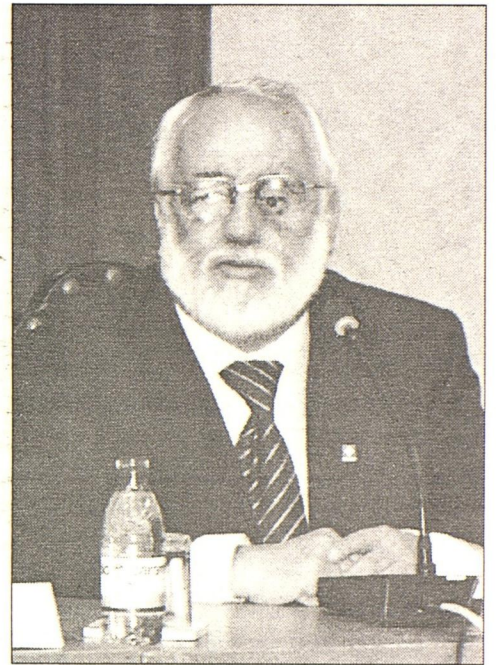
Saúde sobre a classificação em serviço ou campanha, "sem que lhes compita ou para tal estejam apetrechadas".

As ONG estão impedidas de dar origem a processos administrativos, embora estejam por vezes bem colocadas para o fazer, disse Patuleia Mendes, presidente da DN. Foi realçado ainda nas conclusões que o tratamento dos afectados pelo Stress de Guerra poderia decorrer pelos circuitos normais, tornando assim a legislação redundante. No entanto, as carências de meios humanos e materiais do SNS na área de Saúde Mental não têm permitido fazê-lo. Para a ADFA há uma necessidade de formar e informar pessoal nesta área, com esta legislação ou sem ela, para que possa ser garantido o tratamento dos doentes.

Fausto Lourenço referiu que a Acção Social deve ter uma maior participação, sobretudo nas áreas do rastreio e levantamento de situações, deixando aos médicos a actuação na sua área específica.

Patuleia Mendes afirmou que "constatámos que o sistema é politicamente correcto mas não funciona", lançando o desafio em que as ONG devem ter possibilidade de actuar com mais eficácia para agir nesta área". O dirigente avançou ainda que, "com as organizações credíveis podem criar-se centros que ajam na perspectiva clínica, por exemplo aqui em Ponta Delgada".

Sobre a escolha de Ponta Delgada para



Patuleia Mendes, presidente da DN

ter contribuído para a exclusão dos antigos combatentes vítimas de stress de guerra". Para o dirigente, "é possível recuperar os homens que sofrem com esta doença, se tratarmos também da comunidade envolvente".

Durante a jornada de reflexão sobre a "Rede Nacional de Apoio", também se destacaram as intervenções do secretário regional da Economia, do comandante Carreiro e Silva e do jornalista Sidónio Bettencourt, que falaram da vida dos militares na Guerra Colonial, nas perspectivas do combatente e do filho de um militar na guerra, respectivamente. A intervenção de Joana Câmara, psiquiatra, foi também alvo



A mesa do segundo painel: diferentes perspectivas sobre o stress de guerra

a realização do Simpósio, Patuleia Mendes destacou que é necessário levar a informação e o debate a todo Portugal, principalmente a zonas como os Açores, onde "a descontinuidade geográfica também pode

de elogio por parte dos ex-combatentes presentes, pela forma directa com que colocou os constrangimentos dos SNS, "que são agravados nas regiões autónomas". •

Texto e fotos de Rafael Vicente

Ergonomia no Pavilhão do Conhecimento

Vencer os obstáculos do dia-a-dia



Os visitantes experimentaram os choques de uma bola de energia

O Serviço Social da Delegação de Lisboa organizou uma visita, com associados cegos, à exposição "O Factor Humano - Ergonomia Viva", no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, no dia nove de Julho.

A visita guiada começou com a "sensação de ter três anos de idade, sentados numa mesa enorme, com tigelas enormes à frente". Alguns dos participantes, ao fazerem esforço para o simples acto de subir para cima da cadeira constataram que "os adultos não se lembram sempre das limitações das crianças".

Foi nestes moldes, de experimentação,

que decorreu toda a visita, que contou com a dificuldade de passar por um buraco na parede, com a medida normalizada de 60 centímetros. Todos experimentaram e puderam constatar - de gatas - que aquela "é mesmo a medida padrão para as entradas dos esgotos, condutas de ar condicionado ou bueiros".

A exposição sobre ergonomia abrange um vasto panorama de utensílios e situações que limitam e atrapalham o dia-a-dia de qualquer ser humano. O espaço entre os assentos da primeira classe do avião é bem diferente do da

classe turística...

As experiências prolongaram-se com os visitantes a passarem de sofás para cadeiras, terminando na cadeira do dentista, assumindo o que pode ser a (má) postura do profissional, que pode trazer problemas... principalmente ao doente.

A visita tornou-se mais emocionante quando o grupo passou para o "Exploratorium".

Nesta área do Pavilhão, foi possível tocar piano com os pés (num teclado invulgar, no chão), sentir pequenos choques eléctricos (numa bola de luz) e tirar notas musicais de uma harpa sem cordas, entre as mais diversas experiências, que evidenciam como o ser humano está rodeado de fenómenos da física, "muitas vezes sem se aperceber disso".

O que nenhum participante vai conseguir esquecer é o momento em que se transformou num "faquir". Deitados sobre uma cama de pregos verdadeiros, todos pareciam aprendizes com a nova sensação do pontiagudo colchão, que, desde que o corpo esteja relaxado e estendido uniformemente, não pode espantá-lo, elevando-o apenas.

"Se nós, nesta idade, aprendemos tanto aqui, hoje, como não será com os mais jovens, que têm a possibilidade de iniciar os seus estudos experimentando", referia, à saída, Manuel Lopes Dias, associado que fez questão de passar por todas as experiências disponíveis.

O Pavilhão do Conhecimento é uma boa proposta para as férias, com entradas que vão dos dois aos 11 euros, de terça a sexta-feira (10h00-18h00) e aos fins-de-semana e feriados (11h00-19h00). A cama de pregos continua disponível... •

RV

Düsseldorf, de 23 a 26 de Outubro

13ª Feira RehaCare Internacional

A 13ª Feira Profissional Internacional para Pessoas com Deficiências e com Necessidade de Ajuda, RehaCare Internacional 2002, tem novos destaques, na edição em que o país parceiro é a Rússia.

Em Düsseldorf, de 23 a 26 de Outubro próximo, tudo se processa em redor de pessoas deficientes ou com necessidades especiais. São esperados cerca de 800 expositores oriundos de 25 países, que se apresentam em seis pavilhões de feira (pavilhões três a oito), numa área de cerca de 70.000 m², com empresas de serviços e produtos dos sectores da reabilitação, e com auxiliares para a reabilitação e cuidados.

A RehaCare vai dar novos impulsos aos visitantes profissionais, aos cidadãos portadores de deficiência e aos seus familiares. Um exemplo disso é o "Oásis dos Sentidos", uma mostra absolutamente nova, no pavilhão quatro, que "demonstra como, através da cor, da luz e de materiais, se podem criar ambien-

tes que apoiam medidas terapêuticas, estimulam de maneira positiva o físico e a mente", refere a organização.

Sob a égide da associação Rehabilitation Industry of Russia, de Moscovo, apresentam-se 39 expositores numa área de 400 m², com toda a gama de produtos e serviços. Além da indústria participam organizações para deficientes, oficinas de deficientes, a Universidade Técnica de Moscovo e o Ministério para o Trabalho e Desenvolvimento Social da Federação Russa. O leque dos produtos abrange meios auxiliares para pessoas com deficiências auditivas e de visão, bem como ajudas de mobilidade.

O cartão de ingresso no certame custa 11,00 euros e os cidadãos portadores de deficiência, estudantes e formandos pagam 6,00 euros. Para o acompanhamento de deficientes com identificação B, o ingresso é gratuito. •

RV



Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Albano Fernando Cesário

Associado n.º 2404
49 anos
Faleceu no dia
19/06/02

Residia na freguesia e concelho de Matosinhos. Serviu em Angola, na Companhia de Artilharia 6555.

Fernando Lima Ferreira

Associado n.º 1104
52 anos
Faleceu no dia
18/11/01



Residia na freguesia de Santa Maria Maior, Viana do Castelo. Deixa viúva Andreia da Conceição Carreira Valério. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 3467 e no Batalhão de Caçadores 3865.

Gil Branco Ferreira

Associado n.º 10780
55 anos
Faleceu no dia
08/04/01



Residia em Lamego. Deixa viúva Maria Nair Vilela da Silva. Serviu no Regimento de Infantaria do Porto.

José Belo Ramos

Associado n.º 12153
52 anos
Faleceu no dia
12/06/02



Residia em Cebolais de Cima, Castelo Branco. Serviu em Angola, no Pelotão de Intendência 9275.

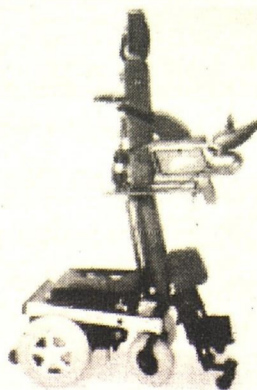
Ortopedia Moderna

Técnico Responsável:

António Pardal

- Próteses e Ortóteses
- Camas Hospitalares
- Cadeiras de Rodas Normais, Eléctricas e de Liga Leve
- Calçado Ortopédico Standard e por medida
- Meias Elásticas
- Cintas Ortopédicas e Palmilhas

Sede: Tv. da Glória, 28 - 1250 LISBOA (junto ao Metro dos Restauradores)
Telef.: 213 428 361 / 213 420 177 / 213 430 889 • Fax: 213 430 889
Filial: Rua Serpa Pinto, 123 - 7000-537 ÉVORA
Telef./Fax: 266 742 040



jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Apresentação na Sede Nacional da ADFA

Ver o mundo por um olho electrónico



O futuro pode passar pela redução do tamanho do equipamento

A Sede Nacional da ADFA foi o local escolhido pela ACAPO e pelo Instituto Dobbelle em Portugal para a apresentação do implante do olho electrónico, tecnologia que permite às pessoas portadoras de deficiência visual distinguirem formas, possibilitando maior autonomia.

William Dobbelle, precursor deste projecto, referiu que "desde cedo estive interessado em descobrir novos elementos nesta matéria".

Com o neurocirurgião António Lobo Antunes, pode avançar para a aplicação dos seus conhecimentos sobre visão artificial. Em 1978, foi iniciada o implante do olho electrónico em dois voluntários, com um dispositivo aplicado no crânio, em contacto directo, através de 140 eléctrodos, com o cérebro. O sucesso da intervenção é comprovado pelo facto de ainda hoje essas pessoas não terem qualquer tipo de dificuldade com o sistema.

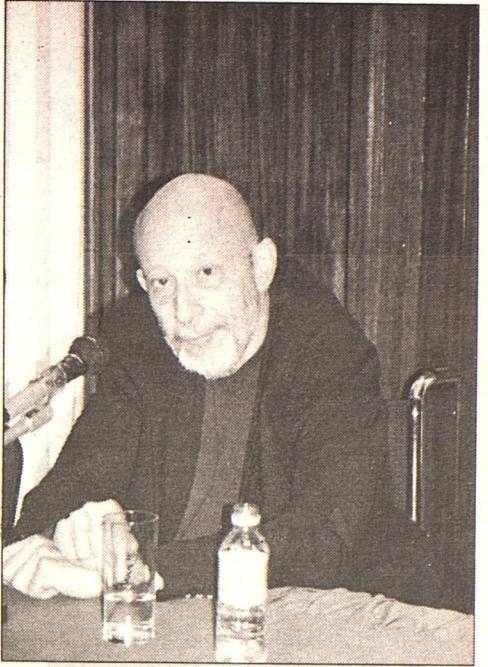
O olho electrónico é composto por um computador com bateria e um estimulador, à cintura do utilizador. Um cabo muito fino liga todos os componentes a uma minúscula câmara de vídeo (nuns óculos escuros) e ao cérebro, através de uma pequena peça a que se chama "pedestal". O implante de platina custa cerca de 15.000,00 dólares (14.850,00 euros) a que acresce o preço da intervenção cirúrgica para o implante.

Lobo Antunes recordou que, "quando os primeiros resultados foram apresentados, um importante professor desta área considerou isto impossível", realçando que Dobbelle sempre afirmou que "este projecto tem que ser preparado como uma viagem à Lua", em virtude de todos os preparativos que requer.

O implante faz-se com anestesia local e, "do ponto de vista cirúrgico, não é uma intervenção complicada", refere o médico. O implante funciona mesmo que o utilizador tenha lesões do tipo glaucoma ou não tenha mesmo o globo ocular, como é o caso de alguns cegos de guerra. Está directamente ligado ao cérebro e dispensa os órgãos de que normalmente depende a visão, uma vez que possibilita a visão de "fosfenos" - "flashes" de luz criados pela estimulação cerebral - que também podem surgir a cores.

O preço desta tecnologia é elevado, visto que é manufacturada. Os condicionalismos do uso do dispositivo são reduzidos, e permitem uma higiene completa.

"O objectivo desta ajuda não está direccionado para que as pessoas cegas possam adquirir a visão total, mas para lhes dar



William Dobbelle

maior autonomia, podendo distinguir formas, objectos e espaços", refere Dobbelle.

José Arruda, presidente da ACAPO, inquiriu os conferencistas sobre as inscrições de voluntários portugueses para a intervenção. Lobo Antunes indicou que os candidatos têm que preencher um formulário que também está na internet e que têm que ser alvo de testes físicos e psicológicos. Referiu também que esta tecnologia ainda não foi experimentada em pessoas cegas de nascença.

O interesse da assistência foi total, uma vez que foi anunciado que são já dez os implantados com este dispositivo. O futuro pode passar pela redução do tamanho do equipamento (computador, bateria e estimulador) ou pela tecnologia sem fios para a transmissão dos dados ao cérebro. •

RV

AFID organiza seminário

"Novas Tecnologias e a Pessoa com Deficiência"

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID) realizou, nos dias 18 e 19 de Julho, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, um Seminário subordinado ao tema "Novas Tecnologias e a Pessoa com Deficiência - Para uma Nova Acessibilidade Comunicativa", em parceria com o SNRIPD, num evento inserido na preparação do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, 2003.

Com o alto patrocínio do Presidente da República, o evento promoveu a reflexão sobre a "Problemática da Comunicação na

Reabilitação", "Ajudas Técnicas e Qualidade de Vida" e a "Info-Exclusão e a Inclusão Social", entre outras questões.

Os temas foram debatidos por um "criterioso leque de oradores", de entre os quais os professores Fernando Carvalho Rodrigues, José Manuel Paquete de Oliveira, Arménio Sequeira, Maria da Graça Andrada e Francisco Godinho.

Participou também como orador o director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, o associado Jerónimo de Sousa, que falou sobre a "Qualidade na

Prestação de Serviços das Ajudas Técnicas", dando exemplo de como o CRPG se encontra na vanguarda das novas ideias e práticas na área da ajudas técnicas e da reabilitação em geral. •



Jerónimo de Sousa, dir. CRPG (à esquerda), também participou no Seminário

RV

MOTIVAÇÃO CLÍNICA:
Mens Sana in Corpore Sano

*"Distinguido com os PRÉMIOS:
1.º Nacional - Líder de Bom Serviço
(Lisboa 2000)
2.º Internacional - Estrela de Ouro Internacional à Qualidade
(Geneve 2000)"*

POLICLÍNICA MODELO
AL
Clínica Médica "Amatus Lusitanus", Lda. 1991

Clínica de LINDA-A-VELHA (Filial N.º 1)
Av. Carolina Michaelis, 30 R/C B & C - 2795-049 LINDA-A-VELHA
Telefones: 964 649 795
Linda-a-Velha: 21-4146990 - Alagés: 21-4114666
Castelo Branco: 272-321129 - Lagos: 282-764189
Pinhal Novo: 21-2381694

OBJECTIVO:
Promover Qualidade no Mundo Lusófono (fala portuguesa)

GRUPO CEO'S (SPCEM)
Olimpicoalimentação, Olimpicovida
Olimpicoclínicas, Olimpicoente, Olimpicooturismo

DIR. Serviço Mensal CEO'S

Clinicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

Com cerca de 20 anos de "reconhecidos bons serviços" (vidé 2 Prémios) visando:

A - Apoiar
A ALTA COMPETIÇÃO, O ALTO RENDIMENTO E AS "PERFORMANCES" em prol do Portugal Histórico, Europeu e Internacionalista.

B - E revelar-se, na prática, através do sistema de Assistência Médica e Para-Médica, por um Serviço Médico Permanente (SMP) e um Serviço de Urgências Dentárias (UD)... em actualização contínua... e mais importante ainda:

- 1 - sob o regime da disponibilidade, "todos os dias úteis", Sábados, Domingos e Feriados.
- 2 - ao nível dos Cuidados Primários, Privados de Saúde.
- 3 - em termos de Direitos (e mais ainda dos Deveres) Humanos, sob os auspícios do lema bíblico "Quem mais é, mais deve a Deus"
- 4 - com Acordos com todas as Entidades viáveis
- 5 - e sob o Lema Lionístico de Servir e não Servir-se.

C - NOTAS IMPORTANTES:

- 1.º Viabiliza-se através desta postura e da integração no conjunto de mais 4 Empresas, constituindo o designado Grupo CEO'S, ou seja: Clinicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda., Afrodentomed, Lda., Sporqualvida, Lda., Euro-Medioriente Lusitano, Lda. e Luso 5 A's, Lda. (Holding).
- 2.º Damos apoio diferenciado a:
 - Crianças com saúde problemática
 - Atletas ou entidades de "alta competição" de responsabilidade
 - Idosos e sobretudo deficientes das Forças Armadas.

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias. Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

"II - Fundamentação:

A) de facto: (...)

(...) iii) Consta do processo instrutor que a zona onde o Batalhão se encontrava - Bassorá - era muito perigosa, com contactos frequentes com o inimigo IN e que faziam "batidas" na zona com disparos de obuses e morteiros, várias vezes por dia e de noite;

iv) (...) o recorrente baixou ao Hospital Militar de Bissau, com o diagnóstico de otite média aguda esquerda e de sinusite frontal (...)

(...) vii) Na sequência de pedido de revisão de processo sumário, o recorrente foi presente a uma Junta Hospitalar de Inspeção JHI, em (...) que o julgou incapaz de todo o serviço militar, com uma desvalorização de 5%, por sequelas de otite média crónica purulenta simples do ouvido esquerdo com hipoacusia ligeira, o que foi homologado por despacho de 06.06.95 (...)

(...) viii) Através do Parecer 260/96, de 18.10, a CPIP da DSS, considerou o motivo da incapacidade como resultante da doença contraída em serviço e por motivo do seu desempenho (...)

(...) ix) Nele parece se refere, além do mais que "Esta CPIP admite que as condições higiénico-dietéticas, o clima e a actividade operacional possam ter contribuído em grande parte para criar condições locais e gerais que tenham facilitado e agravado, qual ciclo vicioso, a evolução da otite média deste militar" (...)

(...) x) E que "Por leitura do seu PI, verifica-se que o militar já sofria dos ouvidos desde data anterior à sua partida para o CTI da Guiné" (...)

(...) xv) Datada de 25.10.99, o relatório da Junta Médica da CGA refere que o recorrente tem lesões de "surdez por otite média crónica", e que as lesões apresentadas não resultaram de doença ocorrida no exercício das suas funções e por motivo do seu desempenho. Acrescentando, em Obs.: "A Junta médica não considera a surdez por otite média crónica como adquirida ou agravada pelo serviço militar (...)

(...) B) Fundamentação de Direito:

(...) Sendo certo que se trata de parecer de junta médica da CGA, de que o despacho recorrido se apropriou, e como tal poderia parecer médico - técnico - ser insindicação por parte do tribunal, na medida em que o tribunal não dispõe por si, dos conhecimentos técnicos de medicina e científicos nessa área que lhe permitam sindicarem pareceres técnicos, a não ser em caso de manifesto erro visível para um leigo que o será, nessa área o juiz - o certo é que as mencionadas juntas médicas e bem assim o parecer médico mencionado no ponto xxi da matéria de facto supra, nada em termos técnicos - médicos - apreciaram que não possa igualmente ser apreciado pelo tribunal. Ou seja, o seu parecer, na parte que ora se syndica, não abrange questões técnicas da medicina, mas antes a apreciação de eventual nexo causal entre as circunstâncias do serviço e as lesões que se não dúvida possuir o recorrente.

O que tais Juntas médicas e pareceres se limitaram a fazer foi analisar os factos existentes nos autos e retirar daí as suas conclusões, não em termos de apurar da doença ou lesões tidas pelo recorrente, mas no sentido de apreciar da sua origem, ou dos seu agravamento com base em factos provados no processo de outra ordem de grandeza.

Poderiam ter ido mais longe, estabelecendo, se isso fosse possível, e no âmbito da respectiva técnica e cientificidade próprias da medicina, o nexo causal, entre as lesões, a sua origem e o seu eventual agravamento e as circunstâncias desse agravamento. Mas isso não foi feito, ou pelo menos, se o foi isso não foi explanado nos relatórios dos pareceres das Juntas Médicas da CGA, ou do parecer do Sr. Médico-Chefe. (...)

(...) O que se fez foi, dos dados de facto tidos como provados, nomeadamente dos arrolados no parecer da CPIP. Sem sequer deles fazer uma análise exaustiva e fundamentada, retirar as próprias conclusões, por sinal diversas das que ali se retiraram.

Ora, nessa matéria também ao tribunal é permitido retirar as conclusões, seja analisando os factos aí relatados e que não foram postos em causa, e, em termos da naturalidade das coisas da lógica, e assim podendo syndicar, nessa vertente as conclusões tomadas pelo órgão decisor e pareceres que o antecederam.

E, dos factos relatados, da sequência de actos tidos na Guiné, das condições relatadas em que foi exercido o serviço militar, pelo recorrente, parece que a única conclusão a retirar é a de que, por via do desempenho desse serviço militar, o recorrente viu agravada a sua situação de surdez.

Não a sua génese, porque se provou que anteriormente à ida para Guiné já apresentava queixas, mas, o lógico e o curial é que, provando-se, como se provou que em Bissorá, onde o recorrente se encontrava era zona perigosa, com contactos frequentes com o inimigo, que eram feitas "batidas" com disparos de obuses e morteiros, de dia e de noite, várias vezes - ponto iii) da matéria de facto - o lógico, o normal, o intuitivo, é concluir, como se faz no parecer da CPIP de que tudo isto, aliado às condições higiénico-dietéticas, ao clima, à actividade operacional, que tudo isso contribuisse para o agravamento das condições de surdez e de doença do ouvido do recorrente. (...)

(...) Ou seja, se em termos de normalidade, cuja apreciação nos é lícito fazer dos dados de facto existentes, tudo permite concluir que a situação era de potenciar o agravamento da doença do recorrente, mister era que se fundamentasse, contra essa evidência, que no caso concreto assim não tinha acontecido.

E mister era ainda mais, por existirem já elementos nos autos de outras entidades que haviam concluído pelo dito nexo de causalidade entre o desempenho do serviço militar e o agravamento da doença, de modo a de alguma forma rebater essas conclusões, que, repetimos, nos parecem as mais

condizentes, em termos de normalidade das coisas.

Por isso que não baste aproveitar parte dos factos ali relatados (no parecer da CPIP sentido de que o recorrente já sofria ouvidos antes de ir para a Guiné, e isso provado. Para daí retirar que não houve agravamento por via do serviço (parecer Junta Médica da CGA), ou simplesmente ser inadequada a conclusão retirada no parecer, sem que se diga o porquê da inadequação, nem em termos médicos, nem em termos de normalidade das coisas ou por via de outros factos que ali não houvessem sido apreciados.

Por tudo isso que, salvo o devido respeito por opinião diferente, entendamos ser lícito ao tribunal nesta vertente da matéria syndicar pareceres das Juntas Médicas da CGA, consequentemente os despachos que nela apoiaram, por se tratar de matéria reservada à especialidade médica possa ser apreciada pelo tribunal, e entendamos que não houve apreciação dessa matéria de facto, e as consequências na decisão tomada, pelo menos tomando por base os elementos de facto e de direito que foram tomados e que se mostram de qualquer forma insuficientes para retirar tal conclusão.

Procede assim, parcialmente, o recorrente contencioso, como defende o recorrente, medida em que a decisão recorrida ao não considerar a doença do recorrente como agravada em serviço de campanha e em consequência do mesmo, por erro nos pressupostos, violando o art. 37º da Lei do Serviço Militar - art. 78º, 1, al. a) e b) do Regulamento dessa LSM, 38º, al. c) e artigos 112º, 127º e 118º n.º do estatuto da Aposentação, pelo que sofre vício de violação de lei, sendo anulável. *

AINDA O "STRESS DE GUERRA"

Ainda, ou melhor, ainda e sempre, o "stress de guerra". Ainda, porque não é com dois ou três decretos que se resolve um problema de saúde mental; sempre, porque, infelizmente, há quem esteja condenado a viver (?) com ele, e também porque, quase fatalmente, haverá novas situações, como as causadas por guerras tribais africanas ou europeias, que levarão consequentemente ao mesmo efeito. Aliás, a lei refere a "perturbação crónica em consequência da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar".

Ao dito "stress de guerra" foi reconhecido o direito de existir (embora haja quem continue a dizer que não existe) pela Lei n.º 46/99 de 16 de Junho. Esta formal declaração teve a sua primeira e indispensável regulamentação pelo Decreto-lei n.º 50/2000 de 7 de Abril, que instituiu a Rede Nacional de Apoio e fixava o modo de tramitação dos processos, com vista a obter o tratamento e/ou vir a ser considerado DFA.

Segundo o n.º 1 do Art.º 3º do DL, "Compõem a rede nacional de apoio as instituições e os serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Saúde Militar, e, em articulação com os serviços públicos, as organizações não governamentais"; ou seja, as organizações que já existiam, a que se adicionaram as ONG, em relação às quais o n.º 3 do mesmo artigo diz

que "... a articulação... efectua-se através da celebração de protocolos...".

Da leitura do resto do DL conclui-se, pelo Art.º 4º - 1, que o papel das ONG fica limitado a colaborar na informação, identificação e encaminhamento dos doentes para as instituições de saúde civis e militares; se bem que reduzido, não é um papel menor, conhecidas que são as características da doença e o lado humano que só as ONG podem dar, mas força é reconhecer que, legalmente, é pouco.

A tramitação dos processos passa obrigatoriamente pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), normalmente pelo órgão local de Saúde Mental, a que todos os cidadãos têm acesso, ou pelos serviços de saúde militares, a que têm acesso os militares que entraram para os QP e os que já são DFA. Dado que os serviços de saúde militares devem estar dentro do assunto (de certo modo, trata-se de uma "doença profissional"), resta saber se os órgãos do SNS estão a igualmente a par; ora, há indicações de que nem sempre assim acontece. De qualquer forma, o encaminhamento directo de um processo de uma ONG para o Ramo está, em princípio, condenado a ser arquivado ou devolvido, por força do Art.º 4º

Os casos julgados procedentes são enviados para a Junta de Saúde do Ramo respectivo, que "recolhe a informação pertinente para o

diagnóstico, julga da aptidão para o serviço ou da diminuição permanente da capacidade geral de ganho... e pronuncia-se sobre o nexo de causalidade..." (Art.º 5º - 2), podendo dar origem a uma pensão, nos termos do DL n.º 43/76 (DFA) ou do DL n.º 498/72 (pensionista de invalidez), sendo que no segundo caso estão sujeitos a uma junta médica da CGA.

Dado este passo, é conferido o direito de acesso aos serviços de apoio médico, psicológico e social de qualquer instituição da Rede Nacional de Apoio (RNA), sendo também atribuído um cartão de utente da Rede. Ou seja, os doentes poderão ter acesso ao SNS (que já tinham), aos serviços de saúde militares (e aqui há um ganho para os que não tinham acesso), e à sua ONG (que naturalmente já tinham). Ao menos, poderia ter constado na lei a criação de órgãos próprios ou prioridade no acesso aos serviços do SNS, já que os serviços de saúde militares, pela sua pequena dimensão e localização geográfica, estão longe de poder responder ao aumento de procura.

Da análise desta Decreto-lei ressalta o ênfase posto na questão do processo com vista a obter uma pensão; por outro lado, pouco se diz sobre tratamento e recuperação. A única referência nesse sentido está no n.º 4 do Art.º 4º: "Sem prejuízo da tramitação do processo... as instituições ... facultam os

serviços de apoio médico, psicológico e social quando do relatório médico... conste parte nesse sentido". Ou seja, apoio psicológico social por receita médica.

Por outro lado, quanto ao "stress de guerra" em grau não incapacitante, as dúvidas são grandes. O citado n.º 2 do Art.º 5º refere "diminuição permanente de capacidade de ganho, exprimindo-a em percentagem de incapacidade", o que pressupõe impossibilidade de tratamento e recuperação, deixa de fora quem tiver baixa percentagem de incapacidade, e não reconhece a possibilidade de recuperação, o que é absurdo.

Sabendo o tipo de pressões a que foi sujeito o Governo, não admira este resultado. Quer por uma questão de princípio, quer por reconhecer a incapacidade das instituições militares em lidar com o volume de pedidos atingido, já é tempo de se assumir que o "stress de guerra" é uma questão de saúde pública não apenas do Ministério da Defesa, mas também que o "stress de guerra" pode e deve ser tratado. E isso passa antes de mais pela abertura das instituições e serviços integrados no SNS à realidade do "stress de guerra", e não entranhado na nossa sociedade como qualquer outro flagelo, como a droga ou a SIDA. Não tiveram também quem quisesse ignorar. Nuno Santo

Procedimentos a adoptar por viúvas de ex-combatentes

"Seguramente e também pela sensibilização feita junto do MDN pela carta aberta que a DN lhe remeteu", afirma Patuleia Mendes, presidente da DN, acaba de ser comunicado pela Secretaria de Estado da Defesa e Antigos Combatentes que as viúvas dos antigos combatentes, beneficiárias de pensões de sobrevivência da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações, referentes às actividades profissionais dos seus falecidos maridos, podem também usufruir da contagem do tempo de serviço militar, ao abrigo das disposições da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro.

O dirigente lembra ainda que "esta abertura implica, de qualquer modo, que os requerimentos a apresentar sejam entregues até 31 de Outubro" e que as viúvas dos deficientes militares deverão, para maior comodidade e segurança, fazê-lo junto das delegações da ADFA".

A novidade, segundo o dirigente, "demonstrativa de mais um passo positivo que a ADFA promoveu a favor dos associados e suas famílias", reproduz-se, na íntegra, no esclarecimento do Gabinete do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes.

"Tendo presente dúvidas suscitadas a propósito de quais os modelos de requerimento a serem entregues para efeitos de contagem de tempo de serviço militar para efeitos de reforma ou aposentação, ao abrigo da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, torna-se premente esclarecer o procedimento a adoptar pelos ex-combatentes.

Assim, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes de solicitar os bons ofícios de V. Ex.ª no sentido de ser divulgada a informação de que os ex-combatentes apenas têm

de proceder ao preenchimento e entrega de um único modelo de requerimento, os seguintes termos:

- Deve ser preenchido o modelo de requerimento a que se refere o artigo 9º, n.º 1 (Anexo 1) sempre que o tempo de serviço militar, incluindo o correspondente ao tempo de bonificação, não foi considerado para efeitos de reforma ou de aposentação, esteja ou não o ex-combatente na situação de reformado/aposentado;

- Deve ser preenchido o modelo de requerimento a que se refere o artigo 6º e 7º (Anexo 2) sempre que o ex-combatente já tenha pago o tempo de serviço militar, incluindo o correspondente ao tempo de bonificação, esteja ou não o ex-combatente na situação de reformado/aposentado, e ainda nos casos de complemento especial de pensão (aplicável somente aos beneficiários do regime de

solidariedade do sistema de segurança social, ou seja aos beneficiários de pensões do regime não contributivo e do rendimento mínimo garantido).

Mais me encarrega Sua Excelência o Secretário de Estado de informar que as viúvas de ex-combatentes deverão adoptar os seguintes procedimentos, no que respeita ao preenchimento dos modelos requerimento:

- Devem preencher os modelos de requerimento com todos os dados do ex-combatente exigidos por qualquer dos modelos de requerimento previstos na Portaria que os aprovou;

- Os requerimentos devem ser assinados pelas viúvas dos ex-combatentes, com a indicação entre parêntesis, da qualidade de viúva.

- Não se torna necessário o reconhecimento da assinatura." •

RV

A advogada responde

Pensões

"O meu marido é ex-furriel miliciano, DFA e tenho várias amigas na mesma situação. Gostaríamos de ser esclarecidas acerca do tipo de pensões a que teremos direito por morte dos nossos maridos e ao quantitativo das mesmas, uma vez que lemos o ELO do mês passado que noticiava novidades nesta matéria".

As viúvas dos DFA poderão ter direito a receber dois tipos de pensões: a pensão de preço de sangue (PPS) ou a transmissão de pensão.

Têm direito a receber PPS as viúvas, por morte de GDFA e DFA portadores de um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento, independentemente da causa da morte.

Têm também direito a receber PPS, as viúvas quer dos deficientes em serviço quer dos DFA portadores de um grau de incapacidade inferior a 60 por cento desde que se possa comprovar medicamente que a morte teve relação com a deficiência, isto é, que haja um nexo de causalidade adequado entre a deficiência e o resultado morte.

Por outro lado têm direito a transmissão de pensão as viúvas dos deficientes

em serviço e dos DFA pensionistas de invalidez.

O quantitativo da PPS a atribuir à viúva e aos descendentes, é de 70 por cento da pensão auferida pelo falecido, sendo para os restantes beneficiários de 50 por cento, e o quantitativo da transmissão de pensão é sempre de 50 por cento. Em ambos os casos o abono suplementar e a prestação suplementar de invalidez não são tidos em conta para o cálculo da pensão.

Estas duas pensões não são cumuláveis entre si, pelo que as viúvas que tiverem direito a ambas as pensões terão de optar por uma delas. Na prática as viúvas dos GDFA e DFA com mais de 60 por cento de incapacidade têm sempre vantagem em requerer apenas a PPS.

No último número do nosso jornal foi noticiado o facto de já há algum tempo a Caixa Geral de Aposentações vir calculando as PPS com base no ordenado auferido pelos falecidos à data do acidente (ou doença), situação essa, que segundo o Ministro da Defesa Nacional irá em breve ser rectificada por forma a que o cálculo da PPS seja efectuado tendo por base a pensão auferida à data da morte, como é, na nossa opinião, de inteira justiça. •

Inês Soares de Castro

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DE LISBOA

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

especialista: Cmdt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho
6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias
Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra
Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

APOIO AOS SÓCIOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00
Dra. Maria João Santos
2.ª, 4.ª e 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria / Atendimento
(Ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 18h00

Crónica de uma Comissão Anunciada

Nenhum associado da ADFA é absolutamente indiferente à vida associativa e por maioria de razão indiferente à vida da sua Delegação. O simples facto de manter a qualidade de associado é o garante mínimo desse interesse. Por isso, nenhum de nós, associados da Delegação de Coimbra, pode ficar indiferente aos acontecimentos ocorridos na nossa Delegação, independentemente da opinião que entretanto haja formulado sobre o assunto. A este dever creio que corresponde um direito, o direito de expressar publicamente opinião, designadamente através do "Elo", que me deve garantir as mesmas oportunidades que a outros já foram concedidas ao escreverem sobre este assunto.

No passado dia 13 do corrente mês, a Direcção (DN) promoveu uma reunião com os associados da Delegação de Coimbra para explicar o inexplicável e anunciar o que facilmente se adivinhava.

Senão vejamos: os órgãos sociais de Delegação de Coimbra, democraticamente eleitos, foram compulsivamente afastados pela DN, num expediente de duvidosa legitimidade estatutária. E não se diga que tal resulta da decisão do Conselho Nacional (CN) de encerrar a Delegação, decisão que, segundo as palavras do conselheiro António Carreiro (presente na citada reunião), foi motivada com base na não aprovação das contas da Delegação em duas Assembleias Gerais consecutivas. Ora assim sendo, o

quadro mais consentâneo com os Estatutos e a prática associativa, seria a passagem dos órgãos sociais à situação de demissionários, mantendo-se em funções de mera gestão dos assuntos correntes e marcando-se, nos prazos estatutários, eleições intercalares.

Mas apesar de se ter afirmado publicamente que a não aprovação de contas foi o motivo exclusivo para o CN deliberar encerrar a Delegação, o assunto que mais "fervilhou" na sala durante este encontro da DN com os associados de Coimbra foi, sem margem para dúvidas, a permuta das instalações que servem de sede à Delegação.

Convêhamos que aqui há dois aspectos a distinguir: se o que está em causa é apenas o mérito, a oportunidade, a conveniência da decisão de permutar as instalações, então nós podemos conçordar ou não com este acto de gestão associativa, mas não podemos ignorar que ele foi prosseguido por outra Direcção (ainda que alguns titulares sejam os mesmos) e sancionado pela anterior DN. Não parece, portanto, que um julgamento a posterior, acerca dum acto de gestão perpetrado em mandato transacto, legitime o afastamento compulsivo de órgãos sociais regularmente eleitos, num processo extremamente aparatoso que incluiu substituição de fechaduras e cancelamento de contas bancárias. Para apurar eventuais responsabilidades bastaria a auditoria que se diz estar a correr. Se, pelo contrário, a DN tem indícios da prática de actos culposos lesivos dos

interesses da ADFA, então deve assumir claramente essa posição perante os associados, o que ainda não fez.

Mas se quisermos conjecturar um quadro de eventual existência de irregularidades, ainda assim não podemos deixar de censurar a atitude da DN pela forma como vem conduzindo o processo: não dialogou com a Direcção de Delegação (DD) antes de agir com medidas compulsivas; não tratou os associados de Coimbra de igual modo, dado que promoveu duas reuniões, a primeira em Leiria no dia 19 de Junho, onde tiveram assento apenas alguns escolhidos, a segundo em Coimbra, aberta à generalidades dos associados; nomeou uma comissão administrativa sem atender às duas sensibilidades em presença (é disso que se trata), mostrando que é parcial, influenciável e que cede a pressões.

Passemos à explicitação da segunda parte da minha asserção: a DN anunciou o que se adivinhava, ou seja, escreveu a crónica da comissão anunciada.

E não vale a pena continuar a discorrer nas meias tintas: desde há muito que se vislumbrava uma cisão a nível de associados da delegação de Coimbra. Os associados que agora integram a comissão nomeada pela DN (refiro-me aos residentes em Coimbra, já que aos associados de Leiria dou o benefício da dúvida), desde algum tempo que faziam guerra surda aos órgãos sociais da Delegação, e não hesitaram em fomentar este ambiente de conflitualidade que lhes permitisse o

regresso à ribalta, ainda que sem o sufrágio dos associados da Delegação. Alguns deles, que se autodenominam históricos, olvidam que não basta o peso da idade para se ser histórico: também é necessário ter contribuído um pouco para a história da ADFA. E este, na minha opinião, é um péssimo contributo.

Os nomes que agora se apresentam como "fiéis servidores", já tiveram a sua oportunidade e nada fizeram pelos associados desta Delegação; esgrimem agora o argumento da permuta das instalações e assinaram as actas que autorizou a DD da época a efectivar a dita permuta. Falta coerência, dignidade e isenção em todo este processo: o que sobra para os associados? Uma Delegação sem órgãos, o cancelamento das actividades associativas, e uma enorme incerteza acerca dos desígnios que fomentaram toda esta movimentação. Quem quer trabalhar e contribuir para encontrar propostas de solução para os verdadeiros problemas dos associados da ADFA (que são os autênticos problemas da Associação), com a questão dos deficientes em serviço), foi postergado ao esquecimento e não raras vezes apelidado de divisionista. Ao "divisionismo" destes associados de segunda (é assim que os tratam), opõe-se a "unidade" dos que querem manter o status quo, salvo quando um certo diploma legal relacionado com promoções pode eventualmente não acobertar ao seu estatuto. •

José Adelino Guerra



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S :: 1.2 ELX :: 1.2 16v ELX :: 1.2 16v ELX Speedgear :: 1.2 16v HLX :: SPORT :: SPORT Speedgear :: HGT :: 1.9 JTD ELX :: 1.9 JTD HLX



PALIO WEEKEND

75 :: 75 Liberty :: 1075 :: 1075 Liberty





MAREA WEEKEND

80 16v SX :: 100 16v ELX :: 100 16v SX CD 16v :: 170 JTD SX :: 105 JTD 16v X

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA

Os Motores :: Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: As Cores :: Os Preços :: Linhas acessórios



Y

Os Motores :: Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: Os Preços :: Linhas acessórios



CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Carmo Vicente

A Política do Chapéu

Nos últimos tempos, a Direcção Nacional tem multiplicado a sua presença em festas e eventos, profere discursos de circunstância, o que até pode ser bom, pois dá-nos visibilidade, mas é escasso. Se analisarmos os resultados verificaremos que são pouco mais do que zero.

E enquanto se vão tecendo louvaminhas ao Ministro da Defesa, que parece ser agora a panaceia para todos os problemas, a arrogância (que é a arma dos fracos) vai dando lugar ao diálogo, ao ponto de se emitirem comunicados públicos contra tomadas de posição de outros Órgãos Dirigentes democraticamente eleitos e no pleno uso dos seus direitos. Arrogância que se estende aos simples associados, leia-se a resposta dada ao associado de Coimbra quando este tenta esclarecer-se: "Leia os Estatutos ou então peça a alguém que lhe explique". Para não lhe chamar outra coisa, é, pelo menos, uma atitude deselegante, mas adiante que as acções são da responsabilidade de quem as pratica.

A composição do Conselho de Colaboradores Permanentes do Jornal Elo é para rir (dá menos trabalho que chorar). Este Conselho é, na minha modesta opinião, a forma mais bem acabada de mudar tudo, não para ficar na mesma, mas pior. É, salvo raras excepções, um conjunto de pessoas que, sem querer fazer juízos de valor, não representam, nem pouco mais ou menos, o universo dos leitores, para além de que, pelo modo como se dispersam pelo país, e tomando como exemplo o Conselho Nacional, vai-nos custar alguns milhares de euros, caso cumpra a função para que foi nomeado e reuna, pelo menos, uma vez por mês.

Em meu entender, o Elo transformou-se numa espécie de propriedade privada onde mensalmente são debitadas doudas sapiências, que até podem satisfazer alguns egos, mas não interessam absolutamente nada ao grosso dos DFA, para além de preencherem espaços necessários à opinião de outros escreventes. O Elo, para cumprir a sua função, tem de ser a voz dos sócios, de todos os sócios que decidam utilizar as suas páginas para dizer de sua justiça, e onde toda a polémica que salvguarde as regras do decoro, será bem vinda, pois de pedradas no charco está a ADFA necessitada como de pão para a boca.

Como está, o Elo é um jornal de jornais (com páginas feitas nas Delegações), sem qualquer controlo (não confundir com censura) onde cada qual usa o critério que entende, o que transforma o conteúdo numa espécie de manta de retalhos, sem qualquer

uniformidade redactorial. Há artigos que não passam de repetições a martelar-nos mensalmente a cabeça.

Para ilustrar o estado a que se chegou, basta ler o artigo de um dos habituais colaboradores, saído recentemente, em que este nos informa de um almoço de amigos, aproveitando para tecer loas ao homenageado, de uma forma assaz original, que em nada valorizam o jornal Elo, nem sequer o associado a que as mesmas se destinavam.

O nosso articulista conseguiu, de uma penada, resolver o dilema de Afonso de Albuquerque que, quando Vice-Rei das Índias, terá exclamado: "De mal com os homens por amor a El-Rei, ou de mal com El-Rei por amor aos homens", finando-se de seguida.

Quinhentos anos depois, segundo o artigo, um homem conseguiu ultrapassar o problema e servir bem, ao mesmo tempo, o Povão e o Estado. Força Amigo! Se procurares bem vais ver que ainda consegues encontrar alguém que consiga estar de bem com o Estado, com o Povo e com o Governo. Não desesperes companheiro, porque o mais difícil é encontrares alguém que sirva bem a ADFA.

Quanto às negociações com o poder para transformar em lei as reivindicações aprovadas no IV Congresso, nada de concreto até agora se conseguiu e parece que as promessas eleitorais do actual ministro são montanha que pariu rato... enfim... talvez o problema das viúvas seja resolvido... tem de ser uma coisa de cada vez, dizem.

E como resolveram fazer uma coisa de cada vez...

Ninguém sabe se o projecto de Lei sobre o 134/97 vai ou não transitar para a nova Assembleia Legislativa, nem quais os apoios com que poderemos contar. Ninguém sabe como vai ser resolvido o problema dos Deficientes em Serviço. Ninguém sabe como acabar com a disparidade entre as percentagens atribuídas pelas Juntas de Saúde e as dadas pela Caixa Geral de Aposentações. Ninguém sabe nada de nada!

Os membros do Conselho Nacional eleitos recebem com atraso de meses as "comunicações" da Direcção, que não informam nada sobre o que realmente interessa.

E se eu como membro do Conselho Nacional não sou informado, imagine-se o que se passa com o universo dos sócios... e depois admiram-se que estes se afastem e deixem de pagar quotas.

O problema é sério e tem de ser resolvido rapidamente porque o tempo escasseia e esperar é coisa que já não podemos. Temos de acabar, de uma vez por todas, com os

choradinhos, a pedinchice, o chapéu estendido. Temos de saber o que pretendemos. Queremos o 134? Queremos o Lar Militar e o de Runa? Queremos tratamento hospitalar condigno? Queremos pensões de preço de sangue dignas e não de miséria? Queremos resolver o velho problema dos Deficientes em Serviço?

Queremos enfim ver consignado na lei tudo aquilo a que temos direito? Então, meus caros consócios da Direcção Nacional, não peçam, exijam. Marquem prazos sem se importarem com o facto de haver ou não dinheiro. O dinheiro é problema de quem nos cobra os impostos, não nosso. Façam-lhes entender que somos deficientes mas não estamos mortos. Façam-lhes entender que se é guerra que querem, nós vamos para a guerra e desta vez voluntários e não obrigados como na outra. Não temos armas? Ai não que não temos! Temos Cadeiras de Rodas = Carros de Combate. Temos Muletas = Espingardas. Temos Pernas de Pau = Bazookas. E temos falta de olhos, mãos, braços, bocados de cérebro, angústias, ânsias, medos, raivas, que arremessados podem substituir perfeitamente as granadas.

Escudados na moral de quem deu tudo em troca de quase nada, formamos um exército de respeito. Um exército que não poderá ser vencido se a todas estas armas juntarmos mais uma: a DETERMINAÇÃO.

PS 1. A criação da Delegação de Lisboa foi a melhor coisa que aconteceu na ADFA nos últimos anos e a sua Direcção tem executado um bom trabalho.

PS 2. Do meu ponto de vista, o Conselho Nacional, da forma que existe, não traz qualquer mais valia à ADFA e por isso há que reformulá-lo ou acabar com ele. A continuar como está, presta um mau serviço aos associados, para além da despesa que implica cada uma das suas reuniões. Devem acabar os conselheiros por inerência, só assim se tornará funcional e inteiramente democrático.

Como existe, é apenas um grupo de velhos amigos que se reúne para discutir e aprovar o que o grupo de amigos quer. Acaba invariavelmente às cinco em ponto a requerimento de um dos amigos pese embora só ter sido cumprida metade da Ordem de Trabalhos. Não raro fica sem quorum mais cedo... se a discussão não convier ou os amigos tiverem coisas mais importantes a tratar.

Há que mudar este estado de coisas, antes que mais um milhar ou dois de sócios mudem de camisola.

A continuar assim, não tarda que fiquemos a falar sozinhos... •

Grupo de Acompanhamento Legislativo

Um grupo de associados da zona do Porto, sentindo a necessidade premente de se encontrar uma rápida solução para a situação dos DFA/praças (DL 134/97), decidiu juntar-se ao Grupo de Acompanhamento Legislativo, já formado há alguns meses, em Lisboa.

Este novo grupo de associados é composto pelos associados: Vale da Cunha, associado n.º 5133, Silvino Pinheiro, associado n.º 747, e Alcino Machado, associado n.º 1974.

Porque esta situação se encontra num impasse legislativo, apelam a que grupos de associados, doutras zonas do país se mobilizem, para que novas ideias possam surgir.

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

Companhia de Caçadores 508 Guiné 1963

Pretende marcar um convívio

Contacto:

Moisés Paiva

(1.º Cabo N.º 858)

Telefone: 21 759 3631

TM: 96 904 2595

Desporto para Deficientes

Escrevo a V. Ex.a porque sou deficiente e porque o assunto é desporto para deficientes.

Foi com muita comoção (mas sem surpresa) que li no Jornal Record de oito e nove de Julho a reportagem da vitória da Seleção Nacional de Atletismo de atletas com deficiência mental.

Aliás, foram "só" 27 medalhas (ouro, prata e bronze) e um recorde mundial nos 4x100m que trouxeram para Portugal.

Tudo isto me obriga a ir um bocadinho ao passado não muito distante e a fazer umas perguntas que, logicamente, não são dirigidas a V. Ex.a.

Quanto teria gasto o nosso governo na deslocação dos "turistas" ao Campeonato do Mundo de Futebol?

Quanto gasta o nosso Governo sempre que o atletismo nacional (de pessoas que não são deficientes) vai competir ao estrangeiro

para trazer uma medalha de bronze ou de prata, o que já deixa os portugueses cheios de euforia?

É claro, Sr. Director, que não me refiro ao Carlos Lopes, Rosa Mota, Mamede, Manuela Machado e mais um ou dois, etc., pois eram atletas com "A" grande que entravam na competição com gana de vencedores, o que já não existe hoje.

Mas é aqui que pretendo fazer a pergunta:

e a estes HERÓIS, que por serem deficientes também são pessoas, qual é a fatia monetária que o nosso governo lhes dá para deslocações a qualquer parte do mundo, com certeza de que sempre, mas sempre, trazem para Portugal muitas medalhas, deixando a bandeira do nosso País sempre no mastro mais alto? •

Eduardo Silva

Brilho nas Comemorações

O 28º Aniversário da ADFA, foi um êxito bastante brilho.

Começo com esta frase, para chegar à ideia base das linhas que vou escrever.

A unidade, a coesão, são a Força da União, prima e é verdade. Aproveitemos a então presença do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas, para que a unidade seja de facto o factor primordial da nossa vida.

Não deixemos sequer que as ideias expressas pelo Governante sejam esquecidas, ou então caiam em saco roto.

As nossas reivindicações o Governante respondeu: "vai ser alterada a forma de cálculo das pensões de preço de sangue das vítimas dos Deficientes das Forças Armadas"; por um erro legislativo o cálculo passou a ser feito com base no momento em que aconteceu a deficiência"; "sublinhando... o esforço destas

mulheres que sempre estiveram ao lado dos seus companheiros..."; "há muitas organizações em Portugal que julgam que mandam mais que o Governo. A CGA recebe os descontos, não manda nas políticas"; "Paulo Portas - reforça que a "lei aplica-se sem nenhum prejuízo para os DFA"; são palavras que nos convidam à unidade e coesão, para que de uma vez por todas, consigamos a realização das nossas reivindicações.

Tudo isto para dizer, nós somos pessoas civilizadas, nunca como disse Patuleia Mendes na sua intervenção, "situações economicamente aflitivas" de mulheres, destacando mesmo que os deficientes sairão à rua, caso a legislação que os rege não seja revista. Acredito que nunca por nunca chegaremos a tal extremo, pois que

acreditamos na palavra dos homens, ainda quando esta é expressa em público.

Dr. Paulo Portas, como é expresso no Jornal "ELO", foi dos primeiros a aplaudir, referindo-se à, ADFA, como Associação "credível, fiável e forte" é como homem com sentido de Estado, que vê a nossa Associação.

Por ter este espaço, que é o meu e nosso Jornal, me leva a citar estas palavras, sentindo, que quem as escreveu, esteve atento ao que se passou no Aniversário e ainda mais, conseguiu levar ao grosso dos associados desta casa a informação, que por outro meio não tinham possibilidade de conhecer.

Sentimento de patriota, também me chegou, quando o redactor da notícia alude ao facto e cito "Paulo Portas deixou o almoço depois de ter cantado o Hino Nacional, com todos os presentes. Formado um corredor

entre a mesa de honra e a saída, o ministro cumprimentou os deficientes militares... apertos de mão e palmadas nas costas, no meio de alguma emoção", enfim o nosso orgulho de ser português calou fundo, pois que o símbolo da nossa existência foi entoado em unísono, "Heróis do Mar, Nobre Povo Nação Valente e Imortal, Levantai Hoje de Novo e Esplendor de Portugal", quantos das novas gerações, não conhecem sequer o significado de tais palavras.

Camaradas, deixemos as ciuemeiras e por uma ADFA, mais forte, digamos: "dá-me a tua mão e todos irmanados no mesmo espírito elevemos bem alto a nossa condição de cidadãos portugueses no uso do pleno direito. •

J.D.

Guerras e Ciuemeiras

No Jornal "ELO" de Junho 2002, no Comunicado da Direcção Nacional, sobre as declarações feitas, pelos membros do Conselho de Delegação de Lisboa, sugerem-me alguns reparos:

E em local próprio, que é a Assembleia Geral Nacional, que se debatem as questões:

A afronta do Conselho de Delegação de Lisboa, ao Conselho Nacional por ter ratificado, por unanimidade, a nomeação de José Diniz para o cargo de Director do Jornal "ELO" é um acto de pouca elegância, ao que eu como associado desta casa, concordo, com a nomeação.

Que a Direcção Nacional esteja a dar tanto relevo a um assunto, quando esse mesmo tinha a ratificação oficial dada pelo Conselho Nacional, já que como diz o "ELO", nenhuma das acusações feitas ao ELO ou ao Director parece minimamente justificada ou fundamentada". Aqui se encontra uma razão para, em sede própria, indagar entre os dois órgãos - Direcção Nacional e Conselho e ou

Direcção de Delegação de Lisboa - para o perfeito esclarecimento do conteúdo da afronta.

Estes assuntos, não são da exclusiva responsabilidade da Delegação de Lisboa, em querer intrometer-se em assuntos que não da sua competência, mas sim de um todo Nacional, se querem discussão, então convoquem uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, e aí sim discutamos as razões e os valores de tal pedido. Aí mobilizaremos, o bom povo e associado nortenho a defender aquilo que para muitos é o elo de ligação com a Casa Mãe, a nossa ADFA, a continuidade, que julgo que para a Direcção Nacional, Conselho Nacional, e outras Delegações ou Núcleos, nunca esteve sequer em questão qualquer reparo à maneira como vem sendo conduzida a elaboração do Jornal, não distinguindo maiorias nem minorias, pois são todos filhos da mesma Mãe "ADFA".

Tantos anos no obscurantismo, e agora em tão pouco tempo de vida, quererem,

alterações tão rápidas, a extinção do Jornal, a não nomeação do José Diniz para Director. Porque? Ciumeira institucional, divisão na Casa Mãe.

Não, caros camaradas, em tom de homem do norte que sou, ponham as barbas de molho, que enquanto, tiver vigor e clarividência, tudo farei para que um valor, que é meu, que é de todos os associados desta casa, acabe.

Estes meus reparos, não são, incentivar a desunião, servem para neste momento tão importante, para tentar clarificar ideias e chamar à razão, tal como a palavra do nosso Jornal, indica ELO, seja de facto a cadeia de elos, firmes e consistentes, no caminhar de um futuro cada vez mais risonho para todos aqueles, que são e foram espoliados, nas razões que os assistem. É com a coesão institucional, embora haja divergência de opiniões, mas como é costume dizer-se da discussão nasce a luz, sentemo-nos à mesa da concórdia e aí sim em consonância com a

vontade das maiorias, demos o rumo certo ao nosso caminhar.

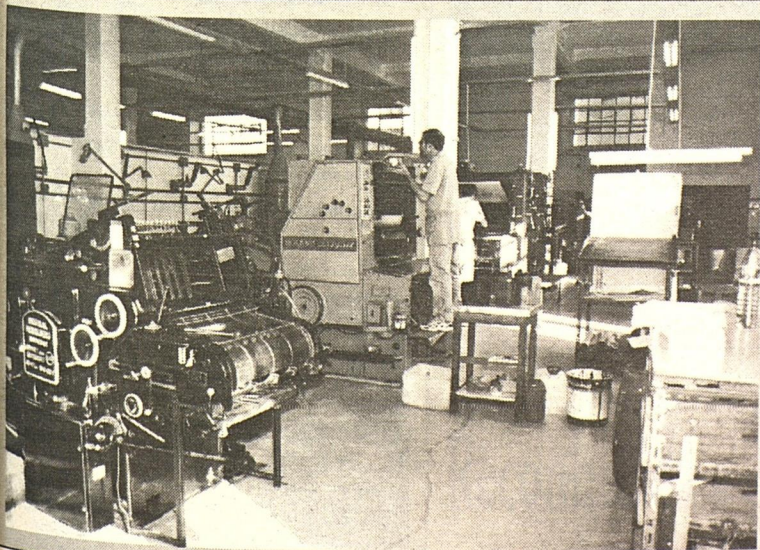
A terminar digo: Na travessia, numa passagem de nível sem guarda, existe um sinal, que diz, "PARE - ESCUTE - OLHE", palavras mais certas, para se dizer: Paremos para reflectir/Escutemos a voz maioritária da razão/Olhemos intimamente e digamos Eu Sou Apenas uma Peça do Xadrez.

Para um bom entendedor, não precisa de mais comentários.

Se não existisse o Jornal "ELO", como poderia eu dar a conhecer ao universo total de associados a minha maneira de pensar, ter um ficheiro de moradas dos associados ou em alternância possuir o número de telefone ou telemóvel e expressar a cada um as minhas ideias.

Sentava-me na poltrona e via a "Banda Passar". •

J.D.



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

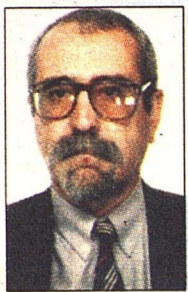
Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86



Nuno Santa Clara

Culpa Colectiva

Naquele tempo, quando andávamos na escola primária, havia um tipo de punição mais do que injusta, mas considerada eficaz: castigar toda a turma, pelo mau comportamento de alguns. Assim, os meninos ficavam privados de recreio, ficavam mais tempo na escola ou faziam trabalhos extra, em expiação das faltas de alguém que não se acusava e que ninguém acusava.

Mais tarde aprendi que, ao longo da História, esse procedimento tinha sido frequentemente aplicado, sem outro efeito que não fosse adiar as questões e aumentar o nível da incompreensão e do ódio. Bastava que uma raça ou grupo social fosse facilmente identificável para que o método fosse posto a funcionar. Contra os cristãos, contra os judeus, contra os muçulmanos, contra o invasor, contra o invadido, contra a esquerda ou contra a direita: o importante era poder definir o conjunto a abater, e aplicar as medidas colectivas, fossem essas a discriminação no emprego ou o envio para a câmara de gás.

O método funciona desde que a coesão dentro do grupo visado seja suficientemente forte para que não haja denúncias, mas não tão forte que leve a uma reacção colectiva, mesmo que desesperada. A título de exemplo: os extremistas da ETA ou da Irlanda são suficientemente aceites para que não sejam denunciados, mas não tão aceites que possam desencadear uma acção de massas. Claro que o medo de represálias no caso de quebra ou de acção falhada também conta para a coesão.

De modo que assim continuaremos a viver, assistindo a atentados indiscriminados e a bombardeamentos a esmo, até que se quebre o enguiço de um ou dos dois lados; porque, para haver diálogo, é preciso que alguém possa, além de ouvir, falar. Ou seja, que deixe de ser como os meninos, e se porte como um adulto. •



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Reivindicações legislativas

Novos prazos para deficientes civis das Forças Armadas

A ADFA vem sensibilizando elencos governamentais sucessivos para o facto de terem ficado "arredados de poder usufruir do reconhecimento como deficientes civis das Forças Armadas" cidadãos "pertencentes a corporações de segurança ou similares e a civis, cuja diminuição na capacidade geral de ganho tenha resultado da colaboração em operações militares de apoio às Forças Armadas Portuguesas nos antigos territórios do Ultramar", devido aos períodos curtos, de 90 dias, estabelecidos nos DL 314/84 e 267/88 para o efeito.

A DN acaba de receber uma proposta "para que este prazo venha a ser reaberto durante o período de um ano, com solicitação para que a ADFA se empenhe na divulgação do diploma a publicar em Portugal, Angola, Guiné e Moçambique", onde residem alguns dos potenciais beneficiários desta medida.

A DN vem insistindo na tese de que, "à semelhança do DL 43/76, a reabertura não deverá ter prazo específico, não inviabilizando que a proposta seja publicada, caso se encontre garantida a sua reabertura logo que se verifique a existência de cidadãos que a ela não tivessem tido hipótese de recorrer".

O projecto de decreto-lei, que se encontra em muito adiantada fase de estudo, é publicada seguidamente, na íntegra:

Projecto de Decreto-Lei

"O Decreto-Lei n.º 319/84, de 1 de Outubro, determinou a extensão das disposições do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, a elementos pertencentes a corporações de segurança ou similares e a civis, cuja diminuição na capacidade geral de ganho tenha resultado da colaboração em operações militares de apoio às Forças Armadas nos antigos territórios do Ultramar.

Este diploma instituiu um prazo de três meses, contados a partir da data da sua entrada em vigor, para a formulação do pedido por parte dos interessados.

Este prazo veio a revelar-se manifestamente insuficiente, em virtude de os requerentes residirem, na sua maior parte, naqueles territórios pelo que, através do Decreto-Lei n.º 267/83, de 1 de Agosto, o mesmo foi renovado, pelo prazo de 90 dias, contados desde a data da entrada em vigor deste último diploma.

Ora, tem-se vindo a constatar que ainda existem casos de elementos em condições de poderem vir a ser abrangidos por estes diplomas, não o podendo fazer por ter caducado o prazo legalmente estabelecido para a apresentação do respectivo pedido.

No sentido de minorar as injustiças assim criadas, procede-se à renovação do prazo para a apresentação de requerimentos com vista à qualificação como deficiente civil das Forças Armadas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

A qualificação referida no artigo 1º do Decreto-Lei n.º 319/84, de 1 de Outubro, pode ser requerida, pelos interessados, no prazo de 1 ano a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 2º

Os requerimentos dos interessados devem ser apresentados junto do Estado-Maior do Ramo das Forças Armadas ao serviço do qual foi adquirida a deficiência. •

Nota da Redacção

Por motivo das férias do pessoal do ELO, a próxima edição, referente aos meses de Setembro/Outubro, chegará a casa dos nossos estimados leitores na primeira semana de Outubro. Até lá, desejamos a todos umas boas férias.

Maior abrangência do conceito de campanha

A ADFA elaborou um documento, que pretende reivindicar junto do MDN, relativo à maior abrangência do conceito de campanha.

A Direcção Nacional informou que o elenco de princípios a firmar "se encontra em fase de discussão associativa", entre os Órgãos Sociais Nacionais e os das delegações, para que "acidentes de viação, com explosivos e/ou armas de fogo e as doenças tropicais, ocorridos ou adquiridas em zonas operacionais, sejam todos considerados como decorrentes do serviço de campanha, ainda que, naqueles acidentes não haja concurso directo do adversário".

A DN informou também que, "brevemente, logo que definida toda a filosofia a defender pela ADFA, será divulgado o conteúdo do documento concertado". •


RV

Pagamento de pensões


A Caixa Geral de Aposentações (CGA) informou que as pensões poderão ser pagas, a partir de Setembro de 2002, por crédito em conta em qualquer instituição bancária, desde que esta tenha acordo com a Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS).

Bastará que o pensionista solicite à CGA pagamento da pensão através do banco que pretender, e a alteração não terá encargos adicionais para o pensionista. •

NSC



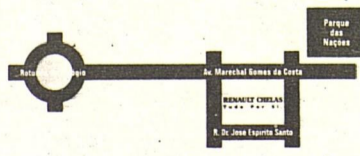
RENAULT



Tudo à grande

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, n.º 33 - 1200-139 LISBOA